



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
05/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 05

Aos cinco dias do mês de março de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Maria João Santos Roldão Gomes;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Vereador Carlos Alberto Fernandes Logrado comunicou que se encontra fora da área do concelho até ao dia 6 de março de 2015, e que nesse período será substituído pela candidata imediatamente seguinte da lista do +Concelho, Senhora Maria João Santos Roldão Gomes.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 4, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2015
3. REQ. N. 163/15, DATADO DE 06/02/2015 – PC N.º 322/14, DATADO DE 26/09/2014 – JOAQUIM DA COSTA
4. REQ. N. 133/15, DATADO DE 30/01/2015 – PC N.º 312/12, DATADO DE 18/10/2012 – HORÁCIO URBANO FERREIRA

5. REQ. N. 235/15, DATADO DE 23/02/2015 – PC N.º 183/14, DATADO DE 30/05/2014 – LIDL & COMPANHIA
6. REQ. N. 204/15, DATADO DE 16/02/2015 – PC N.º 45/15, DATADO DE 16/02/2015 – CARLOS FIGUEIREDO DINIS
7. REQ. N. 89/15, DATADO DE 21/01/2015 – PC N.º 22/15, DATADO DE 21/01/2015 – TIME MOLDE II - FABRICAÇÃO DE MOLDES SOCIEDADE UNIPessoal LDA
8. REQ. N. 184/15, DATADO DE 11/02/2015 – PC N.º 41/15, DATADO DE 11/02/2015 – MOLDES CATARINO, LDA
9. REQ. N. 226/15, DATADO DE 20/02/2015 – PC N.º 160/09, DATADO DE 17/07/2009 – HUGO JOSÉ BATISTA ROSA
10. REQ. N. 237/15, DATADO DE 24/02/2015 – PC N.º 199/13, DATADO DE 03/07/2013 – PEDRO MIGUEL MARTINS MALTA
11. E/1739/2015 – DETERMINAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE VISTORIA À HABITAÇÃO SITA NA AVENIDA VITOR GALLO, N.º 90, 6.º DIREITO – MARINHA GRANDE
12. REQ. N. 2003/13, DATADO DE 06/02/2013 – PC N.º 66/13, DATADO DE 13/03/2013 – ANA PAULA SANTOS NORTE
13. REQ. N. 2716/10, DATADO DE 26/11/2010 – PC N.º 370/08, DATADO DE 27/11/2008 – CHRISTOPHE VINDEIRINHO
14. REQ. N. 2013/13, DATADO DE 09/12/2013 – PC N.º 79/13, DATADO DE 22/03/2013 – DAVID JOÃO ALEXANDRE CARPINTEIRO e ALEXANDRA CECÍLIA ANTUNES ROSA
15. REQ. N. 440/13, DATADO DE 21/03/2013 – PC N.º 51/10, DATADO DE 23/03/2010 – ARSÉNIO HENRIQUES FARTO PEREIRA
16. REQ. N. 1464/13, DATADO DE 13/09/2013 – PC N.º 168/11, DATADO DE 02/05/2011 – CATARINA ALEXANDRA MARQUES SILVA
17. REQ. N. 1931/14, DATADO DE 17/12/2014 – PC N.º 83/13, DATADO DE 03/04/2013 – ANA CATARINA BARROCA BATISTA
18. REQ. N. 1717/14, DATADO DE 10/11/2014 – PL N.º 60/04, DATADO DE 20/01/2004 – ILIDIO PEDRO RODRIGUES, LDA.

19. E/178/2015 – LUSITANIAGÁS - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE ABASTECIMENTO DE GÁS NATURAL
20. E/1257/2015 – LUSITANIAGÁS - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE ABASTECIMENTO DE GÁS NATURAL
21. SANTOS BAROSA, S.A. – PROPOSTA PARA CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS
22. AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES
23. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS
24. PRÉDIO HABITADO SITO NO LARGO ILIDIO DE CARVALHO, N.º 18, MARINHA GRANDE – AUTO DE VISTORIA – INCUMPRIMENTO DA ORDEM DE REPOSIÇÃO DE MATERIAIS E DE EXECUÇÃO DE TRABALHOS – REALIZAÇÃO DE NOVA VISTORIA – PROPRIETÁRIO: ADÉRITO AUGUSTO CARLOS NUNES.
25. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA *“ELABORAÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO PARA O LARGO DA REPÚBLICA, EM VIEIRA DE LEIRIA”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015
26. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA *“ELABORAÇÃO DE PROJECTOS DE ESPECIALIDADES PARA A REABILITAÇÃO DA CANTINA DA ORDEM”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015
27. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE *“ELABORAÇÃO DE PROJETO DE EXECUÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS PARA AMPLIAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DA MARINHA GRANDE (ZIMG) E PROJETO DA REDE VIÁRIA DA SAÍDA NORTE DA ZIMG”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
28. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE *“ELABORAÇÃO DE PROJECTO DE EXECUÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO DOMÉSTICO DA AMIEIRA E CHARNECA DA AMIEIRA”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

29. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE *“ELABORAÇÃO DE PROJECTO DE EXECUÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO DOMÉSTICO DE PICASSINOS, PEDRULHEIRA E TOJEIRA”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
30. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE *“TRÊS ESPETÁCULOS DE MÚSICA A REALIZAR NA CASA DA CULTURA”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015
31. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA *“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DA AGENDA CULTURAL, FLYERS EM DIVERSOS FORMATOS E CATÁLOGOS PARA PUBLICITAÇÃO DAS ACTIVIDADES MUNICIPAIS NOS ANOS 2015 E 2016”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
32. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA *“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REDE ELÉTRICA E TELEGESTÃO DO FURO AC3 DA PEDRULHEIRA”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.- REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 19-02-2015
33. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE *“ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REDE ELÉTRICA E TELEGESTÃO DO FURO SL6 DA PEDRULHEIRA”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
34. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
35. REQUALIFICAÇÃO DAS RUAS 10 DE JUNHO E CHARNEQUINHA – CEDÊNCIA 48,60M² DE TERRENO DO SR. FERNANDO CUSTÓDIO VITORINO
36. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE ABRIL DE 2015.

37. TRANSMISSÃO DO DIREITO AO ARRENDAMENTO A FAVOR DE ERMELINDA OLIVEIRA FREITAS CARVALHO, RESIDENTE NA PRACETA DA LIBERDADE, BLOCO 5, 1ª ESQ., CASAL DE MALTA, POR MORTE DO CÔNJUGE - PRIMITIVO ARRENDATÁRIO DA FRAÇÃO
38. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇO DE VENDA DO GUIA TURÍSTICO DO CONCELHO EM INGLÊS E PORTUGUÊS
39. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BILHETES PARA ESPETÁCULOS DE ABRIL NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS
40. CEDÊNCIA DA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MARINHA GRANDE A 11 DE ABRIL - REALIZAÇÃO DA 1.ª GALA DOS BOMBEIROS DA MARINHA GRANDE
41. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreveram-se e foram atendidas as seguintes munícipes:

1 – D. Maria Otília de Jesus e Silva, residente na Rua do Corgo Norte, n.º 18, Comeira, Marinha Grande, que veio falar sobre a possibilidade de ser novamente permitido o trânsito a veículos pesados na rua onde reside, lembrando o quanto os moradores lutaram, no passado, para que esta circulação fosse proibida. Teme que possa vir a acontecer, porque a Santos Barosa abriu um portão para a Rua do Corgo Norte. Alertou para as consequências desta permissão, pois as casas não têm estrutura para aguentar com os camiões pesados a passarem nesta rua.

2 – D. Maria Ivone Ferreira, residente na Rua dos Cortiços, Comeira, Marinha Grande, que pediu para intervir em nome da sua vizinha, D. Helena Margarida Cardeal Xavier, que se inscreveu mas não pode estar presente, e porque o assunto a expor é o mesmo. Depois de autorizada a intervir referiu, na sequência do exposto pela D. Otília, que os moradores da Rua dos Cortiços e da Rua do Corgo se reuniram, assim que souberam da

possibilidade de voltar a haver trânsito de pesados nestas ruas, pois durante muitos anos tiveram os camiões a passar por ali, e a provocar rachas e outros prejuízos nas suas casas. Depois de muito reclamarem, o trânsito de pesados acabou por ser proibido, pelo que não aceitam que se volte à mesma situação, até porque entendem que as estruturas viárias não aguentam esta sobrecarga, e deu o exemplo do que aconteceu há alguns dias, quando um camião espanhol se enganou e entrou na rua, acabando por rebentar os canos dos esgotos. Por outro lado vem prejudicar o sossego e o descanso dos moradores, uma vez que se trata de uma zona habitacional.

Terminou dizendo que os moradores pretendem uma solução alternativa para este trânsito, que há tantos anos conseguiram que fosse proibido, nunca pensando que a situação se voltasse a repetir. As condutas de gás, água e saneamento estão muito à superfície e não vão aguentar esta sobrecarga. Percebem que atualmente existe um problema numa zona habitacional, mas não deve ser resolvido com o prejuízo de outra zona habitacional ainda maior e que já viveu este pesadelo no passado.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou que o assunto relativo à proposta apresentada pela empresa Santos Barosa, S.A. para a circulação de veículos pesados está na agenda da reunião de hoje, com informação técnica dos prós e contras dessa proposta. Agora foram ouvidos os moradores, cuja opinião será importante para a decisão que se vier a tomar, lembrando uma vez mais que só será tomada uma decisão se houver unanimidade, caso contrário retirará a proposta.

O **Sr. Presidente** remeteu a decisão para a discussão do ponto 21 da ordem do dia da presente reunião.

O **Sr. Vereador António Santos** disse que a opinião do público é importante, que se deve arranjar uma solução alternativa, devendo o assunto ser ponderado com a própria empresa, uma vez que estão em causa muitos postos de trabalho.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** cumprimentou todos os presentes, lembrando que o assunto em apreço está na ordem do dia e que a sua discussão tinha sido adiada para hoje. É um problema de difícil resolução, a Santos Barosa é uma grande empresa, é o maior empregador do concelho, cresceu, e isso traz problemas. Entende que tem que ser pensada uma solução definitiva, uma vez que a fábrica não pode sair daquele local, e havendo a necessidade de circularem 400/500 camiões, a verdade é que terão que passar em algum lado. É um problema complexo, que dura há mais de 10 anos.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** cumprimentou todos os presentes, e disse que apenas queria deixar duas notas, uma vez que o assunto irá ser discutido mais à frente. Por um lado deve ser reforçado o valor da empresa na economia marinhense, mas por outro não se podem esquecer as pessoas que habitam naquela zona. O problema já dura há tantos anos porque é de difícil resolução, e as soluções não são fáceis de encontrar. Garantiu que os direitos e as queixas dos moradores serão tidos em consideração na tomada de uma decisão.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** cumprimentou os presentes, referindo que os antecessores já disseram que o ponto está agendado para hoje, irá ser discutido, realçando que é importante que as pessoas, quando se sentem lesadas, venham aqui, à reunião da Câmara, expor as suas preocupações. Agradeceu e enalteceu a presença dos moradores, e desejou que sirva de exemplo para outros moradores, pois a sua opinião vai ajudar na tomada de decisão, e é aqui que as questões devem ser colocadas. Neste assunto não lhe parece que haja meio-termo: ou se deixa passar o trânsito de pesados naquela rua ou não.

A **Sr.ª Vereadora Maria João Gomes** cumprimentou todos os presentes e fez suas as palavras da Sr.ª Vereadora Alexandra. Trata-se de uma questão importante, que motivou a presença dos moradores. Quando a empresa põe a questão desta maneira há que escolher, mas essa escolha ou prejudica uns ou outros. Acredita que todos irão fazer os possíveis para resolver o assunto sem prejudicar os moradores.

O **Sr. Presidente** informou que depois de a D. Otília ter vindo falar consigo foi ao local, acompanhou a requalificação da vala, conhece bem aquela zona, e a abertura do portão teve que ser feita naquele local. Disse que neste momento não dirá mais nada, reservando-se para mais tarde, na discussão do ponto, tendo convidado os moradores a acompanharem essa discussão.



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Sr. Vereador António Santos** cumprimentou todos os presentes, e colocou a seguinte questão, que lhe foi apresentada por um munícipe: quando é que a Câmara começa a cortar as árvores da Av.ª Arala Pinto? Foi apanhado de surpresa, não sabia de nada, mas quer saber o que se passa, se as árvores vão ou não ser cortadas, e porque é que o munícipe sabe, e ele, que é Vereador, não sabe.

A **Sr.ª Vereadora Maria João Gomes** efetuou a leitura da sua intervenção, abordando os seguintes assuntos:

⇒ *“Hoje sou porta-voz de uma proposta que vem da parte de uma empresa vidreira do nosso concelho que apostou em modernizar-se tecnologicamente, combinando a indústria da cristalaria manual com novos processos de automatização. Falo da VIDREXPORT, cujos sócios se mostraram disponíveis para permitir visitas guiadas às crianças das escolas do ensino básico do concelho, na perspetiva de que o conhecimento do processo de fabricação das peças em vidro manual, não se perca e, pelo contrário se possa perpetuar na memória das gerações mais jovens.*

Há alguns anos atrás, em praticamente todas as famílias, havia sempre alguém que trabalhava nesta indústria e de certa forma, a relação dos marinhenses com o vidro fazia parte do seu quotidiano.

Esta proposta da VIDREXPORT permite manter vivo um património que devemos preservar: a magia da arte do vidro manual.

Na minha opinião a empresa possui condições de segurança, que permitem realizar o circuito sem pôr em risco a integridade das crianças. Proponho aos senhores Vereadores dos pelouros da Cultura e da Educação que estas visitas das escolas possam ser divulgadas e organizadas através do Museu do Vidro."

- ⇒ *"A crise que atravessamos tem levado a um cada vez maior empobrecimento da população. A insuficiência ou mesmo ausência de rendimentos ou recursos económicos tem levado algumas famílias a situações extremas de não terem onde morar, conduzindo-as a uma situação de desestruturação e exclusão social. Penso que esta situação é mais grave e frequente em famílias monoparentais, em que a mãe é que assume as responsabilidades do agregado.*

Temos assistido nestas reuniões, a intervenções de munícipes, em situações muito precárias e a necessitarem urgentemente de uma habitação.

Todos temos consciência que a administração central não investe um cêntimo na habitação social, atirando para as autarquias a responsabilidade e intervenção neste sector. O seu papel de proximidade com a comunidade obriga-a a uma ação social cada vez mais alargada e com menos recursos financeiros. Eu sei que a nossa autarquia, é sensível a estas situações e tem procurando responder com os meios disponíveis aos casos de maior carência.

Ter um tecto onde morar significa a fronteira entre a exclusão e a possibilidade de uma cidadania mais ativa. Por isso, eu permito-me insistir neste tema.

Existem, nesta altura, habitações sociais a necessitar de obras para depois poderem ser entregues a quem mais precisa. É possível fazer uma previsão para quando poderão ser executadas as obras de reparação e dar alguma esperança a estas pessoas?"

- ⇒ *"Finalmente, volto a falar do edifício da antiga Ivima, que continua praticamente vazio. Estranho que tantas entidades às quais aí foi atribuído um espaço, ainda não o tenham ocupado. Certamente a Câmara está ao corrente da situação e pode informar-nos se existem constrangimentos de ordem técnica que impeçam que o edifício possa acolher as entidades previstas."*

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Felicitou a atleta marinhense Catarina Carvalho, por se ter sagrado campeã nacional dos 3.000 metros em pista coberta, na prova realizada em Pombal. Esta atleta marinhense corre pelo clube de Castelo Branco GDA Donas.

- ⇒ Felicitou também a atleta Joana Domingues, do Desportivo Náutico da Marinha Grande, por se ter sagrado vice-campeã nacional de juniores, na prova de duatlo (corrida e ciclismo), realizada em Arronches.
- ⇒ Deu conta do seguinte alerta dum munícipe: na passadeira junto o Pingo Doce está colocada uma sarjeta, cuja grelha não se encontra encostada ao passeio, tem um desnível com cerca de 7 cm, o que provoca um ressalto que levou à queda duma pessoa. Então se passar por lá um invisual torna-se bastante perigoso.
- ⇒ Teve conhecimento que o Sr. Presidente quis visitar os edifícios do futuro Museu da Floresta, e que o ICNF não tinha ninguém disponível para abrir a porta, pelo que questionou se o Sr. Presidente tinha feito a marcação com o ICNF. Recordou que tem vindo a referir a importância deste parceiro fundamental para o nosso município, e que a forma de comunicar com o INCF, indo com a TV para as matas aquando da limpeza, não é o melhor procedimento.
- ⇒ Considerando que tem feito perguntas e não tem obtido algumas respostas, levando-o a assumir que deve ser por colocar diversas questões, hoje apenas colocará uma questão, que não é nova, dado que já tinha feito esta pergunta na reunião passada e não obteve qualquer resposta ou comentário. Como é só uma pergunta espera que seja respondida.
 - Processo do munícipe Miguel André, o Murillo – gostaria de saber se o problema está resolvido, dado que na agenda desta reunião nada é referido e o Sr. Presidente disse na reunião do dia 5 de fevereiro, portanto há exatamente um mês, que daria a resposta na reunião passada. Como não tem informação se o assunto já foi resolvido, questionou se se continua a adiar esta decisão?

O Sr. Vereador Vítor Pereira abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ A proposta da empresa VIDREXPORT com certeza que irá ser “agarrada” pela Sr.^a Vereadora Alexandra.
- ⇒ Habitação social – é uma questão a discutir no executivo permanente, mas é intenção recuperar as habitações degradadas. Voltou a referir e a reforçar a questão da declinação da responsabilidade social do poder central, salientando que a Câmara Municipal da Marinha Grande, na medida das suas possibilidades, vai tentando dar resposta. Há um parque de habitação social significativo, mas está muito degradado, embora se vá tentando acudir, pois aparecem muitos casos de mães solteiras, com muitos filhos e com muitas dificuldades financeiras e de saúde, e às quais tem que se conseguir dar a mão, pois na Marinha Grande a palavra solidariedade tem que ter um significado muito forte e muito ativo. Agradeceu a preocupação manifestada pela Sr.^a Vereadora Maria João.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 05/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 05

- ⇒ Convidou todos os presentes para assistirem às seguintes iniciativas culturais:
- Sábado, concerto Mimicat;
 - Dia 11/03/2015, comemorações da elevação a cidade;
 - Dia 13/03/2015, cinema promovido pela SAMP;
 - Dia 21/03/2015, Gala Remix Afonso Lopes Vieira;
 - Dia 27/03/2015, Seminário “É tempo de ...”, no edifício da Resinagem, promovido pela ADESER II e CMMG;
 - Dia 27/03/2015, no âmbito do Dia Mundial do Teatro, na Casa da Cultura, a peça de teatro “Senha 44”, pela Companhia de Teatro Porta 27;
 - Dia 29/03/2015, na Casa da Cultura, apresentação da peça infantil “Bolo de arroz”, pela Companhia de Teatro Porta 27.
- ⇒ Deu os parabéns à Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego, uma Associação muito dinâmica, que no dia 21/03/2015 comemora mais um aniversário.
- ⇒ Concluiu a sua intervenção referindo que a Marinha Grande está em grande e repleta de iniciativas, tanto da Câmara Municipal como das Associações do concelho.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Perguntou se a empresa VIDREXPORT tinha feito a proposta à Sr.ª Vereadora Maria João, tendo esta respondido que sim. Referiu que fez esta pergunta porque a empresa já tinha manifestado ao Sr. Presidente a vontade de integrar a rota do Turismo Industrial, só que ainda não o fez. Agradeceu a proposta trazida pela Sr.ª Vereadora Maria João, e informou que vai ver a possibilidade de aceitar e integrar a proposta.
- ⇒ Concorda com o Sr. Vereador Aurélio Ferreira, quando diz que o ICNF é um parceiro importante para o concelho. Os Srs. Deputados João Paulo Pedrosa e Odete João visitaram o concelho, para falar sobre o futuro Museu da Floresta, congratulando-se por ter conseguido colocar na agenda nacional o Museu da Floresta e a importância da mata e do Pinhal do Rei na economia do concelho. Chamou-se a sociedade civil e os políticos, integrando-os no projecto turístico do Pinhal do Rei.
- ⇒ Murillo – também espera que hoje já haja novidades sobre o processo.
- ⇒ Agradeceu, em nome da CMMG, à Sociedade Desportiva Garcense, que permitiu, enquanto decorriam obras na cantina da escola do Pilado, que as crianças almoçassem, gratuitamente, nas instalações da colectividade. É um agradecimento público a este apoio, que foi fundamental para as crianças poderem tomar as suas refeições.

- ⇒ Convidou todos os munícipes e a comunicação social a estarem presentes nas comemorações do 27.º aniversário da elevação a cidade da Marinha Grande, salientando, no dia 10/03/2015, o projecto “À descoberta das 4 cidades”, destinado às escolas das cidades irmãs do Fundão, Montemor-o-Novo e Vila Real de Santo António, e no dia 11/03/2015, concentração, com o hastear das bandeiras dos 4 Municípios, a decorrer em frente ao Museu do Vidro, dado que o edifício da Câmara Municipal se encontra em obras. Às 15:30 horas haverá um espectáculo musical na Casa da Cultura e um lanche para as crianças.

O Sr. Vereador Paulo Vicente cumprimentou todos os presentes e respondeu o seguinte:

- ⇒ Corte de árvores – o Sr. Vereador António Santos parece saber mais do que ele próprio. Sobre o assunto informou que a Câmara tem vindo a diligenciar o reforço da iluminação pública na Av.^a Arala Pinto, passando de iluminação aérea para iluminação subterrânea, e em alguns casos a copa das árvores coincide com as luminárias e não cumpre a sua função. Havia que fazer alguma coisa, pelo que contactou o Presidente da OIKOS, que veio ao local e deu o seu parecer. A Arqt.^a paisagista da Câmara vai fazer o projecto, compatibilizando o projecto eléctrico com as árvores existentes, sendo depois analisado com a OIKOS, podendo desde já adiantar que em vez de se cortarem árvores irão ser plantadas mais árvores, e irão também ser reformulados os canteiros e as passadeiras. Garantiu que se for cortada uma árvore serão plantadas duas ou três.
- ⇒ Habitação social – não são só as casas desocupadas que estão degradadas, as habitadas também estão muito degradadas. A Câmara está atenta aos financiamentos 2020 e à possibilidade de se poder candidatar, usando a reabilitação urbana e os projectos eléctricos, para minimizar o investimento da autarquia.
- ⇒ Subscreeveu o agradecimento à coletividade da Garcia, que abriu as suas portas e não colocou qualquer obstáculo, apesar de as obras se terem atrasado, e nunca foi posta em cima da mesa qualquer pretensão de contrapartida pela utilização das instalações.

O Sr. Presidente respondeu o seguinte:

- ⇒ Edifício da IVIMA – ainda há obras a decorrer, de algumas instituições. Para além dos Dadores de sangue e da Novo Olhar, também já lá está instalada a Liga Portuguesa contra o cancro.
- ⇒ VIDREXPORT – esta proposta não é novidade para si, pois sabia da intenção da empresa em integrar o Turismo Industrial, têm colaborado e é sempre bem-vinda a instalação de mais uma empresa na Marinha Grande.

- ⇒ Habitação social – o assunto já foi abordado, as verbas das Câmaras Municipais não chegam para tudo mas vai-se tentando, de modo a poder atribuir habitação por concurso público.
- ⇒ Fez suas as palavras do Sr. Vereador Vítor e da Sr.ª Vereadora Alexandra, convidando a população marinhense a participar nas iniciativas que vão decorrendo, que poderão ser poucas mas serão feitas, não são apenas números.
- ⇒ O concelho recebeu a visita dos três Deputados do PS, Dr. João Paulo Pedrosa, Dr.ª Odete João e Dr. Jorge Gonçalves, que tinham pedido ao ICNF e à CMMG para os receber. O Presidente da Câmara recebeu-os, e mais não diz. Esclareceu que a iniciativa não tem nada a ver com a CMMG, os Deputados apenas pediram para ser recebidos, o Presidente da Câmara recebeu-os, e pensa que a visita se deveu a uma tentativa de ajudar no assunto do futuro Museu da Floresta.
- ⇒ Murillo – está tudo tratado mas ainda não está resolvido. Também lamenta que ainda não esteja pronto. Informou ainda que o Sr. já pagou, embora fora de prazo.
- ⇒ Sarjeta – agradeceu o alerta e informou que a situação vai ser vista.
- ⇒ Estrada de Casal Galego – a ligação Amor/Coucineira, feita pela Câmara de Leiria é uma desgraça. Primeiro fizeram o projecto e só depois vieram falar com a CMMG. O **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou que este assunto está a ser tratado. O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que já lá passou várias vezes, e que a situação representa um atentado à segurança.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Terminado o período de antes da ordem do dia, o Sr. Presidente interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 10:30 horas às 10:40 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 4, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2015

128 - Presente a ata n.º 4, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 19 de fevereiro de 2015, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N. 163/15, DATADO DE 06/02/2015 – PC N.º 322/14, DATADO DE 26/09/2014 – JOAQUIM DA COSTA

129 - Presente requerimento n.º 163/15, datado de 2015/02/06, constante do processo camarário n.º 322/14, subscrito por JOAQUIM DA COSTA, com o NIF 113638850, residente na Rua da Sede, n.º 27, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação*”, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua da Sede, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13820, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 5677.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2015/02/18, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “*Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação*”, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua da Sede, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13820, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 5677, com o número de processo 322/14, com data de entrada em 2014/09/26, apresentado por JOAQUIM DA COSTA, com o NIF 113638850, residente na Rua da Sede, n.º 27, lugar de Amieirinha, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.
2. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.
3. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a via pública, com a largura de 1,60m, com afastamento de 3,40m relativamente ao eixo do referido arruamento. Os materiais a aplicar no passeio deverão ser calçada

miúda de calcário (0,05x0,05x0,05) assente em base de *tout-venant* com 0,15m de espessura e lancil de calcário com a espessura de 0,13m, devendo a área sobranter entre o limite do passeio e a berma da estrada, pavimentada em calçada grossa de calcário (0,10mx0,10mx0,10m) assente em base de *tout-venant* com 0,15m de espessura. O alinhamento do passeio deverá ser previamente solicitado aos respetivos serviços técnicos da Câmara.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N. 133/15, DATADO DE 30/01/2015 – PC N.º 312/12, DATADO DE 18/10/2012 – HORÁCIO URBANO FERREIRA

130 - Presente requerimento com registo de entrada n.º 133/15, datado de 2015/01/30, referente a pedido de licenciamento de alterações ao projeto de construção de moradia e obras de construção de muros de vedação, respeitante ao processo n.º 312/12, para o prédio sito na Rua de Casal Galego, lugar de Casal Galego, freguesia de Marinha Grande, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 6477 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12620, em nome de HORÁCIO URBANO FERREIRA, com o NIF 160297451, residente na Rua Mendonça, n.º 47, 1.º D.º, em Viseu, cujo projeto de arquitetura foi aprovado com condicionalismos em reunião de Câmara Municipal de 2014/12/22;

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

Presente informação técnica, datada de 2015/02/20, a propor o deferimento do pedido.

Presente parecer técnico datado de 2015/02/25, que atesta terem sido assegurados os condicionalismos de aprovação do projeto de arquitetura.

Após a análise do requerimento com registo de entrada n.º 133/15, datado de 2015/01/30, referente a pedido de licenciamento de alterações ao projeto de construção de moradia e obras de construção de muros de vedação, respeitante ao processo n.º 312/12, para o prédio sito na Rua de Casal Galego, lugar de Casal Galego, freguesia de Marinha Grande, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 6.477 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 12620, em nome de HORÁCIO URBANO FERREIRA, com o NIF 160297451, residente na rua Mendonça, n.º 47, 1.º D.º, em Viseu, cujo projeto de arquitetura foi aprovado com condicionalismos em reunião de Câmara Municipal de 2014/12/22 e considerando os pareceres que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, DEFERIR o mesmo.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 05/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 05

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1- Deverá requerer o aditamento ao alvará de obras de construção.**
- 2- Mantêm-se os condicionalismos expressos nos n.º 2 e n.º 3 da Deliberação de Câmara de 2013/04/22, que aprovou o projeto de arquitetura do processo camarário n.º 312/12, que se transcrevem e passam a fazer parte integrante da presente deliberação, designadamente:**
 - A instalação de recetáculo postal domiciliário deverá se efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 163/2008, de 8 de agosto.**
 - Execução do passeio, na extensão total do prédio confinante com a Rua das Hortinhas, cujos alinhamento, dimensões e materiais deverão ser oportunamente definidos pelos serviços técnicos competentes desta câmara.**
- 3- Deverá assegurar a execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N. 235/15, DATADO DE 23/02/2015 – PC N.º 183/14, DATADO DE 30/05/2014 – LIDL & COMPANHIA

131 - Presente pedido com o registo n.º 235/15, datado de 23/02/2015, relativo a licenciamento de **alterações em obra**, titulada pelo alvará de obras de ampliação n.º 03/15, emitido a 9/01/2015 e válido até 08/07/2015, apresentadas no âmbito do artigo 83º do RJUE, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7488 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 9945, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 183/14, com data de entrada de 30/05/2014, apresentado por **LIDL & COMPANHIA**, com o NIPC 503 340 855, com sede na Rua Pé de Mouro, n.º 18, Linhão, freguesia de S. Maria e S. Miguel, S. Martinho e S. Pedro Penaferrim, concelho de Sintra, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 19/02/2015;

Presente informação técnica, datada de 02/03/2015, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites, estando o presente processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a **alterações em obra**, titulada pelo alvará de obras de ampliação n.º 03/15, emitido a 9/01/2015 e válido até 08/07/2015, apresentadas no âmbito do artigo 83º do RJUE, no prédio registado na Conservatória do

Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 7488 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 9945, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 183/14, com data de entrada de 30/05/2014, apresentado por LIDL & COMPANHIA, com o NIPC 503 340 855, com sede na Rua Pé de Mouro, n.º 18, Linhó, freguesia de S. Maria e S. Miguel, S. Martinho e S. Pedro Penaferrim, concelho de Sintra.

Mais delibera informar o requerente que deverá solicitar, durante a vigência do atual alvará de obras n.º 3/15, o respetivo aditamento, para o que deverá apresentar o original deste alvará, nos termos do n.º 7 do artigo 27º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 204/15, DATADO DE 16/02/2015 – PC N.º 45/15, DATADO DE 16/02/2015 – CARLOS FIGUEIREDO DINIS

132 - Presente requerimento n.º 204/15, registado em 2015/02/16, respeitante ao processo n.º 45/15, referente a **pedido de licenciamento de alterações** ao projeto do edifício de habitação coletiva com 2 fogos, cujo último licenciamento ocorreu através da deliberação camarária datada de 19/01/2012 - processo camarário n.º 244/10, com alvará de licença n.º 44/12, emitido em 18/04/2012, para o prédio sito na Rua da Foz, n.º 44 e n.º 46, lugar da Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3114, apresentado por **CARLOS FIGUEIREDO DINIS**, com o NIF 101398530, residente na Rua da Sede, n.º 2 Viseu. Presente parecer técnico datado de 2015/02/19 que refere estar o projeto de arquitetura em condições de ser tomada decisão favorável sobre o pedido, com condicionalismos.

Após análise do requerimento n.º 204/15, registado em 2015/02/16, respeitante ao processo n.º 45/15, referente a pedido de licenciamento de alterações ao projeto do edifício de habitação coletiva com 2 fogos, cujo último licenciamento ocorreu através do processo camarário n.º 244/10, com alvará de licença n.º 44/12, para o prédio sito na Rua Foz, n.º 44 e n.º 46, lugar da Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 3114 e omissa na matriz urbana, apresentado por CARLOS FIGUEIREDO DINIS, com o NIF 101398530, residente na Rua da Sede, n.º 2 Viseu, bem como dos parecer técnico datado de 2015/02/19, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 46-A/2014, de 19 de novembro, DEFERIR o mesmo com o condicionalismo de apresentar memória descritiva e justificativa contendo a correta descrição das normas aplicáveis ao prédio, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 6º do Regulamento do Plano Direto Municipal da Marinha Grande.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
05/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 05

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1- Mantêm-se os condicionalismos expressos nos n.º 2 e n.º 3 da deliberação de Câmara de 2011/11/23, que aprovou o projeto de arquitetura do processo camarário n.º 244/10, que se transcrevem e passam a fazer parte integrante da presente deliberação, designadamente:

- *Instalação da bateria de recetáculos postais domiciliários efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.*

- *Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.*

2- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação da presente deliberação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 89/15, DATADO DE 21/01/2015 – PC N.º 22/15, DATADO DE 21/01/2015 – TIME MOLDE II - FABRICAÇÃO DE MOLDES SOCIEDADE UNIPessoal LDA

133 - Presente pedido com o registo n.º 89/15, datado de 21/01/2015 relativo à **legalização e ampliação de uma unidade industrial**, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1731 e inscrito na matriz predial rústica sob os artigos n.º 1871, 1872 e 1874, da freguesia da Moita, concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 22/15, com data de entrada de 21/01/2015, apresentado por **TIME MOLDE II - FABRICAÇÃO DE MOLDES SOCIEDADE UNIPessoal LDA**, com o NIPC 509 826 954, com sede Rua 10 de Junho, n.º 12, Moita, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 25/02/2015, referindo que o terreno em que se situa a unidade industrial em causa não possui infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento, o que constitui motivo para indeferimento ao abrigo do n.º 5 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, podendo esta posição, nos termos do artigo 25º do mesmo diploma legal, ser revista e deferido o pedido, caso o requerente, em sede de audiência prévia, se comprometa a realizar os trabalhos necessários ou a assumir os encargos inerentes à sua execução, bem como os encargos de funcionamento das infraestruturas por um período mínimo de 10 anos.

A Câmara Municipal delibera:

Notificar a requerente, TIME MOLDE II - FABRICAÇÃO DE MOLDES SOCIEDADE UNIPessoal LDA, com o NIPC 509 826 954, com sede Rua 10 de Junho, n.º 12, Moita, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, em sede de audiência prévia, nos

termos e para os efeitos do disposto nos artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), concedendo-lhe 30 dias, antes de ser tomada a decisão final, para que este refira, por escrito, o que se lhe oferecer sobre a proposta de indeferimento, ao abrigo do n.º 5 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2015, de 9 de setembro, do seu processo, referente a legalização e ampliação de uma unidade industrial, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1731 e inscrito na matriz predial rústica sob os artigos n.º 1871, 1872 e 1874, da freguesia da Moita, concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 22/15, com data de entrada de 21/01/2015, por ausência de infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento.

Delibera, igualmente, informar que esta posição poderá ser revista se, nos termos do artigo 25º do RJUE, em sede de audiência prévia, a requerente se comprometa a realizar os trabalhos necessários ou a assumir os encargos inerentes à sua execução, bem como os encargos de funcionamento das infraestruturas por um período mínimo de 10 anos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**8 - REQ. N. 184/15, DATADO DE 11/02/2015 – PC N.º 41/15, DATADO DE 11/02/2015 –
MOLDES CATARINO, LDA**

134 - Presente pedido com o registo n.º 184/15, datado de 11/02/2015 relativo a **legalização de alterações e ampliações efetuadas numa unidade industrial**, instalada na Rua Nova do Moinho de Cima, n.º 12, Albergaria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20014 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19893-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 41/15, com data de entrada de 11/02/2015, apresentado por **MOLDES CATARINO, LDA**, com o NIPC 501 193 820, com sede na Rua Nova do Moinho de Cima, Albergaria, Apartado 151, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica datada de 02/03/2015 que atesta não se encontrar o processo em condições de merecer aprovação, por apresentar desconformidades face ao regulamento do PDM da Marinha Grande.

A Câmara Municipal delibera:

Notificar o requerente, Moldes Catarino, Lda., com o NIPC 501 193 820, com sede na Rua Nova do Moinho de Cima, Albergaria, Apartado 151, freguesia e concelho da Marinha Grande, em sede de audiência prévia, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), concedendo-lhe 15 dias, antes de ser tomada a decisão final, para que este refira, por escrito, o que se lhe oferecer sobre a proposta de indeferimento, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9

de setembro, do seu processo, referente a legalização de alterações e ampliações efetuadas numa unidade industrial, instalada na rua Nova do Moinho de Cima, nº 12, Albergaria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 20014 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 19893-P, da freguesia e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento nº 41/15, com data de entrada de 11/02/2015, por violar o disposto no nº 10 do artigo 5º do regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, que estabelece que a cêrcea máxima admitida para o local é de 6,5m, ao propor uma cêrcea de 8,5 m, medida à linha superior da platibanda.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 226/15, DATADO DE 20/02/2015 – PC N.º 160/09, DATADO DE 17/07/2009 – HUGO JOSÉ BATISTA ROSA

135 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 226/15, datado de 20/02/2015, apresentado por HUGO JOSÉ BATISTA ROSA, com o NIF 210015292, com morada Rua dos Foscadores, nº 10, lugar de Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo nº 160/09.

Presente parecer técnico datado de 26/02/2015, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no nº 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua dos Fundidores, lugar de Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de HUGO JOSÉ BATISTA ROSA, com o NIF 210015292, com morada Rua dos Foscadores, nº 10, lugar de Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Fernandes
- 2) **Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre
Fiscal Álvaro Letra

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
05/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 05

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 237/15, DATADO DE 24/02/2015 – PC N.º 199/13, DATADO DE 03/07/2013 – PEDRO MIGUEL MARTINS MALTA

136 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 237/15, datado de 24/02/2015, apresentado por **PEDRO MIGUEL MARTINS MALTA**, com o NIF 182180433, com morada Rua Fernando José Alvarez Baridó, n.º 19, R/C, Dt.º, lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício objeto de obras de legalização e ampliação, tuteladas pelo alvará de obras de ampliação e legalização n.º 55/14, emitido em 02/07/2014.

Presente parecer técnico datado de 02/03/2015, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua Fernando José Alvarez Baridó, lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de **PEDRO MIGUEL MARTINS MALTA**, com o NIF 182180433, com morada Rua Fernando José Alvarez Baridó, n.º 19, R/C, Dt.º, lugar de Guarda Nova, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Nuno Fernandes
- 2) **Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto,

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
05/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 05

correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - E/1739/2015 – DETERMINAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE VISTORIA À HABITAÇÃO SITA NA AVENIDA VITOR GALLO, N.º 90, 6.º DIREITO – MARINHA GRANDE

137 - Presente pedido registado sob o n.º E/1739/2015, de 25/02/2015, apresentado por Virgílio Almeida, residente em Avenida Vitor Gallo, n.º 92, 6.º direito, freguesia e concelho de Marinha Grande, é solicitada uma vistoria ao seu imóvel, face à alegada existência de infiltrações provenientes da fração correspondente ao sétimo andar direto, e do respetivo terraço, de modo a que possam ser aferida as condições de higiene, segurança e salubridade da sua fração, atendendo a que a sua fração é habitada por pessoas com problemas de saúde e crianças.

Presente parecer dos serviços (1/271/2015), datado de 27/02/2015, sobre o assunto.

Após análise pedido e da informação datada de 27/02/2015, a Câmara Municipal delibera: Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA ao imóvel sito em Avenida Vitor Gallo, n.º 90, 6.º Dt.º, propriedade de VIRGILIO ALMEIDA, residente na mesma morada, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança, higiene e salubridade, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pelo proprietário.

DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 25/03/2015, pelas 10h00, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

Membros efetivos:

Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheiro Vasco Fernandes

Membros suplentes:

Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Dra. Eunice Marques

NOTIFICAR o proprietário da fração confinante, correspondente ao sétimo andar direito, Silvino de Jesus Rocha, da realização da vistoria, convocando-o para estar presente na

mesma, dado que, alegadamente, os problemas na fração da requerente resultam de infiltrações provenientes do seu imóvel.

NOTIFICAR a sociedade Cempormil, Lda, a quem incumbe a administração do condomínio, a estar presente na vistoria, uma vez que a fração correspondente ao sétimo andar possuir um terraço e este, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 1421.º do Código Civil, constituir parte comum do edifício.

INFORMAR o requerente, proprietário do imóvel, bem como o proprietário da fração confinante, bem como a entidade a quem incumbe a administração do condomínio, que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, poderão indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**12 - REQ. N. 2003/13, DATADO DE 06/02/2013 – PC N.º 66/13, DATADO DE 13/03/2013
– ANA PAULA SANTOS NORTE**

138 - Presente processo de licenciamento referente à obra de “Ampliação de moradia existente”, a que foi atribuído o número de processo 66/13, a erigir em prédio urbano sito na Rua das Oliveiras, lugar de Tojeira de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 5089 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 1235 da freguesia e concelho de Marinha Grande, apresentado por **ANA PAULA SANTOS NORTE**, com o NIF 188553770, residente em Rua das Oliveiras, n.º 25, lugar de Tojeira de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2014/01/09.

Presente informação técnica datada de 2015/02/25, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para apresentar os projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do previsto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, adiante RJUE.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2015/02/25, que propõe a declaração de caducidade da deliberação que aprovou o projeto de arquitetura para a realização da operação urbanística e,

1. Considerando que a interessada, **ANA PAULA SANTOS NORTE**, com o NIF 188553770, residente em Rua das Oliveiras, n.º 25, lugar de Tojeira de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, solicitou, em 2013/03/13, a “*Ampliação de moradia existente*”, a que foi atribuído o número de processo 66/13, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua das Oliveiras, lugar de Tojeira de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande,

registado na Conservatória do registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 5089 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1235 da freguesia e concelho de Marinha Grande;

2. Considerando que a Câmara deliberou aprovar o respetivo projeto de arquitetura em 2014/01/09, comunicado através do ofício n.º 40/14, de 2014/01/13, rececionado em 2014/01/16;

3. Considerando que a requerente devia ter apresentado os projetos das especialidades no prazo de seis meses a contar da notificação da deliberação camarária que aprovou o projeto de arquitetura, ou seja até 2014/07/17, e que não o fez - n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE;

4. Considerando que a falta de apresentação dos projetos das especialidades, no prazo referido, no antecedente ponto 3, implica a suspensão do processo de licenciamento pelo período máximo de seis meses, ou seja até 2015/01/17 - n.º 6 do citado art. 20.º do RJUE;

5. Considerando que nesta data já decorreram os seis meses de suspensão, e que por esse facto estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade da deliberação que aprovou o projeto de arquitetura - n.º 6 art. 20.º do RJUE;

Delibera, ao abrigo do n.º 6 do art. 20.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, notificar, a requerente, ANA PAULA SANTOS NORTE, com o NIF 188553770, residente em Rua das Oliveiras, n.º 25, lugar de Tojeira de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, para se pronunciar em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade da deliberação camarária datada de 2014/01/09 que aprovou o projeto de arquitetura, referente ao processo n.º 66/13, para a “*Ampliação de moradia existente*”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N. 2716/10, DATADO DE 26/11/2010 – PC N.º 370/08, DATADO DE 27/11/2008 – CHRISTOPHE VINDEIRINHO

139 - Presente pedido de licenciamento referente à obra de “*Alteração e remodelação de centro comercial*”, a que foi atribuído o número de processo 370/08, localizado no piso de cave de um edifício de habitação e comércio existente, sito na Rua Diogo Stephens, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 4894 (frações “A”; “AB”; “AC”; “AD”; “AE”; “AF”; “AG”; “AH”; “AI”; “AJ”; “AK”; “AL”; “AM”; “AN” e “AO”), apresentado por **CHRISTOPHE VINDEIRINHO**, com o NIF 221177752, com residência na Av. Marquês de Pombal, n.º 12, 3.º Dt.º, freguesia e concelho de Leiria, deferido por deliberação camarária datada de 2010/12/09. Presente informação técnica datada de 2015/02/23.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2015/02/23, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

1. Considerando que o interessado, **CHRISTOPHE VINDEIRINHO**, com o NIF 221177752, com residência na Av. Marquês de Pombal, n.º 12, 3.º Dt.º, freguesia e concelho de Leiria, foi notificado da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento referente à obra de "*Alteração e remodelação de centro comercial*", a que foi atribuído o número de processo 370/08, localizado no piso de cave de um edifício de habitação e comércio existente, sito na Rua Diogo Stephens, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 4894 (frações "A"; "AB"; "AC"; "AD"; "AE"; "AF"; "AG"; "AH"; "AI"; "AJ"; "AK"; "AL"; "AM"; "AN" e "AO"), tomada em reunião camarária de 2010/12/09, comunicada através do ofício n.º 1389/10, de 2010/12/13, rececionado em 2013/10/25;
2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 2014/10/26 (n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro);
3. Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;
4. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença concedida por deliberação camarária datada de 2010/12/09, referente à obra de "*Alteração e remodelação de centro comercial*", a que foi atribuído o número de processo 370/08, localizado no piso de cave de um edifício de habitação e comércio existente, sito na Rua Diogo Stephens, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 4894 (frações "A"; "AB"; "AC"; "AD"; "AE"; "AF"; "AG"; "AH"; "AI"; "AJ"; "AK"; "AL"; "AM"; "AN" e "AO"), delibera, ao abrigo do n.º 2 e n.º 5 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA, notificar, o requerente **CHRISTOPHE VINDEIRINHO**, com o NIF 221177752, com residência na Av. Marquês de Pombal, n.º 12, 3.º Dt.º, freguesia e concelho de Leiria, para se pronunciar, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N. 2013/13, DATADO DE 09/12/2013 – PC N.º 79/13, DATADO DE 22/03/2013 – DAVID JOÃO ALEXANDRE CARPINTEIRO e ALEXANDRA CECÍLIA ANTUNES ROSA

140 - Presente pedido de licenciamento referente à obra de "***Construção de moradia unifamiliar***", a que foi atribuído o número de processo 79/13, incidente sobre um prédio rústico sito no lugar de Machinha, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1584 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1842, da freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, apresentado por **DAVID JOÃO ALEXANDRE CARPINTEIRO** e **ALEXANDRA CECÍLIA ANTUNES ROSA**, com o NIF 224887203 e NIF 230679536, respetivamente, residentes na Rua 25 de Abril, n.º 9 – 2.º Esq.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, deferido por deliberação camarária datada de 2014/01/09.
Presente informação técnica datada de 2015/02/25.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2015/02/25, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

1. Considerando que os interessados, **DAVID JOÃO ALEXANDRE CARPINTEIRO** e **ALEXANDRA CECÍLIA ANTUNES ROSA**, com o NIF 224887203 e NIF 230679536, respetivamente, residentes na Rua 25 de Abril, n.º 9 – 2.º Esq.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, foram notificados da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento referente à obra de "***Construção de uma moradia unifamiliar***", a que foi atribuído o número de processo 79/13, incidente sobre um prédio rústico sito no lugar de Machinha, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1584 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1842, da freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 2014/01/09, comunicada através do ofício n.º 31/14, de 2014/01/13, rececionado em 2014/01/20;
2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação os interessados tinham o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 2015/01/20 (n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro);
3. Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;
4. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença concedida por deliberação camarária datada de 2014/01/09, referente à obra de "*Construção de moradia unifamiliar*", a que foi atribuído o número de processo 79/13, incidente sobre um prédio rústico sito no lugar de Machinha, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 1584 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 1842, da freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, delibera, ao abrigo do n.º 2 e n.º 5 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
05/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 05

– RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA, notificar, os requerentes DAVID JOÃO ALEXANDRE CARPINTEIRO e ALEXANDRA CECÍLIA ANTUNES ROSA, com o NIF 224887203 e NIF 230679536, respetivamente, residentes na Rua 25 de Abril, n.º 9 – 2.º Esq.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, para se pronunciarem, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N. 440/13, DATADO DE 21/03/2013 – PC N.º 51/10, DATADO DE 23/03/2010 – ARSÉNIO HENRIQUES FARTO PEREIRA

141 - Presente pedido de licenciamento referente à obra de "*Construção de moradia e muros de vedação*", a que foi atribuído o número de processo 51/10, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua Fonte dos Fornos, lugar de Outeiro, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6259 e inscrito na matriz predial sob os artigos n.º 595 e n.º 596, da freguesia de Marinha Grande, apresentado por **ARSÉNIO HENRIQUES FARTO PEREIRA**, com o NIF 185401244, com residência na Rua do Ribeiro, n.º 11, lugar de Passagem, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande.

Presente informação técnica datada de 2015/02/27.

A Câmara Municipal analisou a referida informação técnica, datada de 2015/02/27, que propõe a declaração de caducidade da licença para realização de operação urbanística e,

1. Considerando que o interessado, **ARSÉNIO HENRIQUES FARTO PEREIRA**, com o NIF n.º 185401244, com residência na Rua do Ribeiro, n.º 11, lugar de Passagem, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, foi notificado da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento referente à obra de "*Construção de moradia e muros de vedação*", a que foi atribuído o número de processo 51/10, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua Fonte dos Fornos, lugar de Outeiro, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6259 e inscrito na matriz predial sob os artigos n.º 595 e n.º 596, da freguesia de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 2012/02/02, comunicada através do ofício n.º 109/12, de 2012/02/06, rececionado em 2012/02/07;
2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 2013/02/08 (n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro);

3. Considerando que o prazo inicialmente conferido foi prorrogado, a pedido do interessado, por mais um ano, nos termos do n.º 2 do art. 76.º do RJUE, comunicado através do ofício n.º 368/13, de 2013/04/12, rececionado em 2013/04/15;
4. Considerando que o interessado tinha até ao dia 2014/02/08 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;
5. Considerando que o prazo conferido foi duplicado por mais um ano, nos termos do n.º 3 do art. 1.º do Decreto-Lei n.º 120/2013, de 21 de agosto, tendo terminado em 2015/02/08 o prazo para o requerente solicitar o respetivo alvará;
6. Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;
7. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

A Câmara Municipal, tendo a intenção de declarar a caducidade da licença concedida por deliberação camarária datada de 2012/02/02, referente à obra de "*Construção de moradia e muros de vedação*", a que foi atribuído o número de processo 51/10, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua Fonte dos Fornos, lugar de Outeiro, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6259 e inscrito na matriz predial sob os artigos n.º 595 e n.º 596, da freguesia de Marinha Grande, delibera, ao abrigo do n.º 2 e n.º 5 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE e artigos 100.º e 101.º do CPA, notificar, o requerente ARSÉNIO HENRIQUES FARTO PEREIRA, com o NIF n.º 185401244, com residência na Rua do Ribeiro, n.º 11, lugar de Passagem, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, para se pronunciar, em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias úteis a contar da sua notificação, sobre o presente projeto de caducidade da referida licença.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - REQ. N. 1464/13, DATADO DE 13/09/2013 – PC N.º 168/11, DATADO DE 02/05/2011 – CATARINA ALEXANDRA MARQUES SILVA

142 - Presente processo de licenciamento relativo à obra de "*Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação, incluindo a demolição de edificação existente*", a que foi atribuído o número de processo 168/11, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua das Laranjeiras, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 17941 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 609, apresentado por CATARINA ALEXANDRA MARQUES SILVA, com o NIF 212874829, com residência na Rua das Portas Verdes, n.º 5, 4.º Dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente deliberação camarária datada de 2014/11/28, pela qual foi concedido à requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias para se pronunciar sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a caducidade da licença para a realização da operação urbanística referida.

Presente parecer técnico datado de 2015/02/18, referindo que se encontra ultrapassado o prazo concedido à requerente, sem que esta tenha apresentado quaisquer alegações subjacentes à referida intenção.

A Câmara Municipal analisou a pretensão bem como o parecer técnico que sobre ela recaiu, datado de 2015/02/18, e tendo verificado que depois de devidamente notificada em sede de audiência prévia, a requerente nada alegou em relação à referida intenção, e:

1. Considerando que a interessada, **CATARINA ALEXANDRA MARQUES SILVA**, com o NIF 212874829, com residência na Rua das Portas Verdes, n.º 5, 4.º Dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, foi notificada da deliberação final do deferimento do pedido de licenciamento referente à obra de *“Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação, incluindo a demolição de edificação existente”*, a que foi atribuído o número de processo 168/11, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua das Laranjeiras, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 17941 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 609, tomada em reunião camarária de 2011/09/29, comunicada através do ofício n.º 842/11, de 2011/09/30, rececionado em 2011/10/10;
2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação a interessada tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 2012/10/11 (n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE;
3. Considerando que o prazo inicialmente conferido foi prorrogado, a pedido da interessada por mais um ano, nos termos do n.º 2 do art. 76.º do RJUE, comunicado através do ofício n.º 663/12, de 2012/07/30, rececionado em 2012/08/06;
4. Considerando que o prazo inicialmente conferido foi duplicado, a pedido da interessada, por mais um ano, por despacho datado de 2013/09/16, nos termos do n.º 3 do art. 1.º do Decreto-Lei n.º 120/2013, de 21 de agosto, comunicado à interessada pelo ofício n.º 966/13, de 2013/09/24 e rececionado em 2013/09/30.
5. Considerando que a interessada tinha até ao dia 2014/10/11 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;
6. Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;
7. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

Delibera tomar uma decisão final sobre o assunto, declarando, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de

30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, a caducidade da licença concedida por deliberação camarária de 2011/09/29, referente ao processo n.º 168/11, para a realização da obra de *“Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação, incluindo a demolição de edificação existente”*, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua das Laranjeiras, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 17941 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 609, apresentado por CATARINA ALEXANDRA MARQUES SILVA, com o NIF 212874829, com residência na Rua das Portas Verdes, n.º 5, 4.º Dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, por terem decorridos os prazos previstos no referido regime jurídico, para que a requerente solicitasse a emissão do respetivo alvará.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N. 1931/14, DATADO DE 17/12/2014 – PC N.º 83/13, DATADO DE 03/04/2013 – ANA CATARINA BARROCA BATISTA

143 - Presente requerimento n.º 11931/14, datado de 17 de dezembro de 2014, de ANA CATARINA BARROCA BATISTA, titular do processo de licenciamento de obras de urbanização destinadas à abertura de arruamento, com o n.º 83/13, para o qual foi emitido o alvará de obras de urbanização n.º 2/13, em 12/07, incidente sobre o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 15.033 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8.036 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2.083, da freguesia de Marinha Grande, localizado em Rua Vila Marinha, lugar de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a **receção provisória das infraestruturas** ainda não rececionadas provisoriamente, respetivamente componentes das infraestruturas viárias e diversos, e a redução da caução prestada para o efeito. Presente relatório de vistoria, elaborado pela comissão de vistorias nomeada para o efeito.

Após análise da pretensão da requerente, ANA CATARINA BARROCA BATISTA, titular do processo de licenciamento de obras de urbanização destinadas à abertura de arruamento, com o n.º 83/13, para o qual foi emitido o alvará de obras de urbanização n.º 2/13, em 12/07, incidente sobre o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 15.033 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8.036 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2.083, da freguesia de Marinha Grande, localizado em Rua Vila Marinha, lugar de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a **receção provisória das infraestruturas** ainda não rececionadas provisoriamente, respetivamente componentes das infraestruturas viárias e diversos, e a redução da caução prestada para o efeito e do relatório de vistoria que se pronunciou sobre o assunto, a Câmara deliberou:

- **DEFERIR**, ao abrigo do n.º 1 do artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/ 2010, de 30 de março, que o republica, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, adiante RJUE, o pedido de receção provisória das infraestruturas ainda não rececionadas provisoriamente, respetivamente, as componentes as infraestruturas viárias relativas a corte de pavimento existente, remate adequado do novo pavimento e aplicação de camada de desgaste, e o capítulo diversos, relativo ao estaleiro da obra, por as mesmas se encontrarem executadas de acordo com o projeto aprovado em reunião de câmara de 11 de junho de 2013;
- **LIBERTAR**, ao abrigo da alínea b) do n.º 4 e do n.º 5 do artigo 54.º do RJUE, o montante da caução relativa às componentes agora rececionadas, conforme descrito no quadro abaixo, identificado como Quadro I, no montante de 950, 35 €(novecentos e cinquenta euros e trinta e cinco centimos) da caução prestada através do depósito efetuado a favor da Câmara Municipal, a que respeita a guia de depósito n.º 9/2013 (NTL 1191), emitida em 01/07/2013, ficando retidos 1.612,76€ (mil, seiscentos e doze euros e setenta e seis centimos) correspondentes ao valor remanescente - 10% - da caução inicialmente prestada para garantir a boa execução das infraestruturas.

QUADRO I

Infraestrutura	Estimativa Orçamental	% já libertada	Montantes já libertados	% máxima a libertar	Montante máximo a libertar	Valor remanescente, relativo às componentes a receber provisoriamente
Infraestruturas viárias – componentes concluídas para a presente vistoria	967,05 €	0%	0,00 €	90%	870,35 €	96,71 €
Diversos	400,00 €	70%	280,00 €	20%	80,00 €	40,00 €
	1.367,05 €				950,35 €	136,71 €

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N. 1717/14, DATADO DE 10/11/2014 – PL N.º 60/04, DATADO DE 20/01/2004 – ILIDIO PEDRO RODRIGUES, LDA.

144 - Presente requerimento n.º 1717/14, datado de 10/11/2014, apresentado **ILIDIO PEDRO RODRIGUES, LDA.**, com o número de identificação de pessoa colectiva 502054506, com sede em Travessa da Cruz, Casal dos Claros, freguesia de Amor e concelho de Leiria, a solicitar

a realização de vistoria às obras de urbanização executadas no âmbito de uma operação urbanística de alteração a loteamento urbano, incidente sobre o prédio sito no lugar de Bico da Garcia, freguesia e concelho da Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o número 3.870, aprovadas no âmbito do processo de Loteamento n.º 60/04, com o Alvará de Loteamento n.º 01/10, emitido em 29/01/2010, com vista à sua receção provisória, cuja caução, destinada, nos termos do artigo 54.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, a garantir a boa e regular execução das respetivas obras de urbanização foi prestada mediante garantia bancária da Caixa Geral de Depósitos – Operação n.º 0657.007002.393, datada de 25 de setembro de 2009, no montante de 58.551,62€ (cinquenta e oito mil quinhentos e cinquenta e um euros e sessenta e dois cêntimos).

Presente relatório elaborado pela Comissão de Vistorias, datado de 25 de fevereiro de 2015, referindo que, após realização de vistorias às obras de urbanização da competência da Câmara Municipal, é possível proceder à receção provisória das obras de urbanização relativas às componentes rede viária, rede de drenagem de águas residuais domésticas, rede de drenagem de águas pluviais, por estas se encontrarem executadas de acordo com o projeto aprovado em reunião de Câmara de 22 de abril de 2008, e mencionando que a rede de abastecimento de águas não se encontra em condições de ser rececionada, em virtude das válvulas do ramal não possuírem as astes devidamente aplicadas, pondo em causa o seu correto funcionamento;

Presente, igualmente, Auto de Vistoria, datado de 26 de fevereiro de 2015, propondo a receção provisória parcial das obras de urbanização em causa;

Após análise da pretensão apresentada pela sociedade requerente, ILIDIO PEDRO RODRIGUES, LDA., com o número de identificação de pessoa colectiva 502054506, com sede em Travessa da Cruz, Casal dos Claros, freguesia de Amor e concelho de Leiria, incidente sobre o prédio sito no lugar de Bico da Garcia, freguesia e concelho da Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o número 3.870, aprovadas no âmbito do processo de Loteamento n.º 60/04, com o Alvará de Loteamento n.º 01/10, emitido em 29/01/2010, em reunião de Câmara de 22 de abril de 2008, a Câmara delibera, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 54.º e no artigo 87.º, ambos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE:

- 1) DEFERIR o pedido de receção provisória das infraestruturas referentes às componentes rede viária, rede de drenagem de águas residuais domésticas, rede de drenagem de águas pluviais por estas se encontrarem executadas de acordo com o projeto aprovado no âmbito de uma operação urbanística de alteração a loteamento urbano, conforme proposto pela Comissão de Vistoria nos seus relatório e auto datados de, respetivamente, 25 de fevereiro de 2015 e 26 de fevereiro de 2015;

- 2) INDEFERIR o pedido de receção provisória das infraestruturas referentes à componente rede de abastecimento de água, em virtude de se ter verificado que as astes não se encontram devidamente aplicadas, pondo em causa a correto funcionamento da infraestrutura;
- 3) INFORMAR a sociedade requerente que a receção da componente infraestruturas elétricas não é da competência da Câmara Municipal, pelo que deverá ser solicitada a vistoria do cumprimento do projeto entregue e aprovado pela EDP Distribuição – Energia S.A., junto da respetiva entidade, comunicando, posteriormente, o seu resultado à Câmara Municipal, para efeitos de redução da caução;
- 4) MANDAR LIBERTAR o montante de 37.456,59 € (trinta e sete mil quatrocentos e cinquenta e seis euros e cinquenta e nove centimos) da garantia bancária da Caixa Geral de Depósitos – Operação n.º 0657.007002.393, datada de 25 de setembro de 2009, no montante inicial de 58.551,62€ (cinquenta e oito mil quinhentos e cinquenta e um euros e sessenta e dois centimos), correspondente a 90% do montante da garantia prestada como garante da boa e regular execução das infraestruturas, referente às componentes rede viária, rede de drenagem de águas residuais domésticas, rede de drenagem de águas pluviais, ficando retido o montante de 21.095,03 € (vinte e um mil e noventa e cinco euros e três centimos), conforme descrito no quadro abaixo.

Componente	Estimativa Orçamental	% A libertar	Montante a libertar	Valor Remanescente
Rede viária	31.354,90 €	90%	28.219,41 €	3.135,49 €
Rede de drenagem de águas residuais domésticas	4.168,65 €	90%	3.751,79 €	416,87 €
Rede de drenagem das águas pluviais	6.094,88 €	90%	5.485,39 €	609,49 €
Rede de abastecimento de água	4.149,07 €	0%	- €	4.149,07 €
Infraestruturas elétricas *	12.784,12 €	-		12.784,12 €
TOTAL	58.551,62 €		37.456,59 €	21.095,03 €

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - E/178/2015 – LUSITANIAGÁS - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE ABASTECIMENTO DE GÁS NATURAL

145 - Presente pedido de ocupação da via pública, com o registo de entrada n.º E/178/2015, datado de 07/01/2015, apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em 4,50 metros de betuminoso e 15,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua do Pinheiro Grande, n.º 3, Travessa do Pinheiro Grande n.º

4 e n.º 7, Travessa à Rua 52, n.º 73 e n.º 73B, Rua do Olho Ferrado, n.º 25 (Trutas) e Rua do Corgo Sul, n.º 54 (Comeira), todas da freguesia e concelho de Marinha Grande.
Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 16/02/2015, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09, emitir parecer favorável ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 4,50 metros de betuminoso e 15,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua do Pinheiro Grande, n.º 3, Travessa do Pinheiro Grande n.º 4 e n.º 7, Travessa à Rua 52, n.º 73 e n.º 73B, Rua do Olho Ferrado, n.º 25 (Trutas) e Rua do Corgo Sul, n.º 54 (Comeira), todas da freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.
- b) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - E/1257/2015 – LUSITANIAGÁS - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO DE RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE ABASTECIMENTO DE GÁS NATURAL

146 - Presente pedido de ocupação da via pública, com o registo de entrada n.º E/1257/2015, datado de 05/02/2015, apresentado por LUSITANIAGÁS -COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A., para abertura de vala em 15,00 metros de betuminoso e 2,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua Quinta da Lagoínha, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 13/02/2015, sobre o assunto.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo

Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09, emitir parecer favorável ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 15,00 metros de betuminoso e 2,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo em Rua Quinta da Lagoínha, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra, assim como toda a sinalização horizontal eventualmente danificada.**
- b) Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.**
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - SANTOS BAROSA, S.A. – PROPOSTA PARA CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** explicou as diligências e contactos que levaram à apresentação da proposta presente nesta reunião, em que o parecer técnico aponta, de forma muito honesta, os prós e os contra da solução. A empresa Santos Barosa é abastecida e escoada através dos percursos existentes e o aceitar ou não esta solução será uma situação transitória, no sentido de aliviar os moradores das outras ruas, até porque o técnico já está a trabalhar naquela que será a solução definitiva. Referiu que não avançará com a proposta e retirá-la-á se não houver unanimidade, tanto mais que não houve qualquer compromisso da sua parte para com a empresa para a aceitar.

O **Sr. Vereador António Santos** referiu que haverá sempre penalizados, pois ao retirar o trânsito de um lado e desviá-lo para o outro lado há sempre população prejudicada. Entende que o alterar é como fazer remendos em fato velho, e que a Câmara deverá sentar-se com a Santos Barosa para encontrar uma solução consensual, sem penalizar ninguém, lembrando a existência de um terreno.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** interrompeu e esclareceu que enquanto a solução não estiver gizada definitivamente não irá acrescentar mais nada, lembrando que a solução aqui presente se destina a minimizar os prejuízos dos moradores das outras ruas, mas obviamente que penalizará estes moradores.

O **Sr. Vereador António Santos** disse temer que o regime transitório seja longo.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que a Câmara está perante um problema: o bem-estar das populações e a laboração de uma empresa. A Santos Barosa quer resolver a situação,

mas a proposta apresentada, se por um lado alivia uns, por outro lado vai prejudicar outros. A Câmara deverá ter a coragem suficiente para dizer que a solução apresentada não resolve o problema e o que resolve é uma terceira via, cuja solução deve ser negociada com a empresa, devendo ser informados todos os intervenientes que tem custos elevados, não só para a Câmara mas também para a empresa, que para além de ser muito importante para o concelho não se pode permitir a fazer tudo. Perante uma proposta que considera muito duvidosa, propôs que a Câmara tenha a coragem de a retirar e encetar negociações com a Santos Barosa e também como os moradores, no sentido de encontrar a solução definitiva. Louvou a atitude da Câmara ao trazer esta proposta, que é uma tentativa de encontrar uma solução, mas entende que se a proposta for retirada não belisca em nada a dignidade da Câmara.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** referiu que a Câmara fez bem em apresentar as vantagens e desvantagens da proposta. Parecendo haver uma terceira via, deverá ser agarrada, sem pôr nas costas da população este problema, uma vez que ninguém gostaria de estar no seu lugar. Compreende a questão da Santos Barosa, mas a solução tem que ser encontrada sem colocar o ónus na população. É de opinião que se retire a proposta e se encetem desde já as negociações necessárias para encontrar a solução.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** disse que desde o início que se vem batendo pela solução consensual, nunca tendo expressado a sua opinião para não influenciar, parecendo-lhe, pelo que já foi dito e mesmo sem votação, que não haverá consenso.

A **Sr.ª Vereadora Maria João Gomes** disse que concorda com a retirada da proposta, o que não significa que se negligencie a relação com a empresa, antes significa que se vai tentar encontrar uma solução que sirva todas as partes.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que analisou o processo, que aponta os prós e contras da proposta, e que visa partilhar os problemas com os moradores. A empresa Santos Barosa fez 125 anos, felizmente cresceu e é uma inevitabilidade a quantidade de camiões existentes. As populações que sentem os 400 camiões diários responsabilizam a Santos Barosa. A Câmara, ao longo dos anos, foi fazendo alterações viárias sem ter em conta este problema. Recordou que os estudos elaborados em 2004 já apontavam soluções e a informação RV/03/2012 de 17 de fevereiro de 2012, dizia que *"A ligação da Rua dos Cortiços à Estrada do Guilherme é de vital importância se for conciliada com uma reorganização da circulação viária interna da Fábrica dos Santos Barosa, com o objetivo de retirar o atual tráfego pesado da Rua 10 de Junho e da Rua Santos Barosa, que atravessa a zona urbana de Picassinos, sendo este mesmo tráfego canalizado para a Estrada do Guilherme."* Passados três anos a Câmara não apresentou uma proposta de solução para benefício dos munícipes que vivem na zona envolvente à empresa Santos Barosa. Entende que era sua obrigação reduzir as desigualdades entre os munícipes, evitando que apenas uma parte da população sofresse todas as consequências, quando se poderia dividir a passagem dos camiões pelas diferentes estradas. É de opinião que deverá haver duas fases

de resolução. Uma decisão imediata, para tentar minimizar os problemas da população afetada, e outra, a definitiva, num prazo muito curto, cerca de seis meses.

Nesta altura gerou-se uma troca de palavras entre todos, tendo o **Sr. Vereador Paulo Vicente** esclarecido que o parecer que foi lido pelo Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que fez dele uma interpretação errada, foi dado para o processo de obras entregue na Câmara pela Santos Barosa, e que, conforme se devem lembrar, a retirada desse processo inviabilizaria a resolução do problema do trânsito. O processo não avançou, conforme é sabido, e assim inviabilizou essa proposta, que foi avançada exclusivamente para o referido processo.

Voltou a registar-se uma troca de palavras entre os Srs. Vereadores, tendo o **Sr. Presidente** posto ordem na mesa, perguntando de seguida a cada um dos membros do executivo qual a sua posição relativamente à proposta em apreço.

Constatando que não há consenso, o Sr. Presidente anunciou a retirada da proposta, e informou que a Câmara envidará todos os esforços para a solução final, não se comprometendo com o prazo, uma vez que não é dona dos terrenos.

22 - AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES

147 - Presente o requerimento com o registo de entrada 1323/2015 em nome de Maria Helena de Sá Rogado dos Santos, onde solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 2202 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

Nos termos do nº 1 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande a Câmara Municipal pode autorizar o pagamento em prestações das taxas nele previstas, mediante requerimento fundamentado e acompanhado dos elementos previstos no nº 2 do citado artigo.

Presentes informações nº 1/AF de 2 de março de 2015, onde se confirma o que o pedido está instruído e acompanhado dos elementos previstos no nº 2 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

Assim, ao abrigo da competência prevista no nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera autorizar a Maria Helena de Sá Rogado dos Santos, o pagamento da taxa de concessão de sepultura perpétua nº 2202 do Cemitério de Casal Galego, em oito prestações mensais.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

148 - A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para realização noite de fados no dia 28 de março de 2015;
- Publicidade alusiva ao evento.

A Sociedade Instrutiva e Recreativa 1º de Dezembro, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para comemoração do dia Internacional da Mulher, com jantar a realizar no dia 7 Março 2015.
- Publicidade alusiva ao evento.

A Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização das atividades a seguir elencadas:

- Licença especial de ruído para para realização da tasquinhas de Verão 2015 no período de 21 a 23 de agosto de 2015;
- Recintos improvisados para realização da tasquinhas de Verão 2015 no período de 21 a 23 de agosto de 2015;
- Utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal para realização da prova de resistência BTT no dia 22-03-2015 ;
- Publicidade alusiva aos eventos.

O Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal para realização de caminhada solidária no dia 20 de março de 2015.

O Clube Desportivo Moitense, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para comemoração do dia da Mulher no dia 7 de março de 2015.

A Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária Calazans Duarte, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal para realização de caminhada solidária no dia 7 de março de 2015.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
05/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 05

A Associação Social e Cultural e Desportiva de Casal Galego, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

-Licença especial de ruído para Comemoração do aniversário da associação com jantar e baile.

Presentes informações nºs 04/AF, 05/AF, 06/AF, 07/AF, 08/AF, 9/AF e 10/AF de 01 de março de 2015, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, a Sociedade Instrutiva e Recreativa 1ª de Dezembro, a Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande, o Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria, o Clube Desportivo Moitense, a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária Calazans Duarte e a Associação Social e Cultural e Desportiva de Casal Galego, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído, das autorizações para utilização das vias públicas para a realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal, das licenças para instalação e funcionamento de recintos improvisados e das licenças de publicidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - PRÉDIO HABITADO SITO NO LARGO ILIDIO DE CARVALHO, N.º 18, MARINHA GRANDE – AUTO DE VISTORIA – INCUMPRIMENTO DA ORDEM DE REPOSIÇÃO DE MATERIAIS E DE EXECUÇÃO DE TRABALHOS – REALIZAÇÃO DE NOVA VISTORIA – PROPRIETÁRIO: ADÉRITO AUGUSTO CARLOS NUNES.

149 - Presente auto de vistoria datado de 6 de Outubro de 2009, resultante da vistoria realizada em 30-09-2009, no qual foram identificadas as patologias e anomalias existentes na moradia sita no Largo Ilídio de Carvalho, n.º 18, desta cidade, a qual se encontra arrendada a João Narciso Pinto Monteiro pelo proprietário, Adérito Augusto Carlos Nunes, residente na Rua Aníbal Guedes Coelho, n.º 7, Marinha Grande, bem como os trabalhos de construção civil necessários à resolução dessas mesmas anomalias, de modo a suprir os

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 05/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 05

riscos e perigosidades para a segurança e saúde dos moradores e o arranjo estético da edificação.

Presente despacho com ordem de reposição de materiais e de realização de obras de conservação na edificação datado de 13-11-2011, emitido após audiência prévia do interessado, concedendo ao proprietário do prédio o prazo de 30 dias úteis para a realização dos trabalhos nele identificados.

Presente ofício n.º S/1750/2011, de 13-04-2011, recebido pelo destinatário em 27-04-2011, pelo qual foi o proprietário notificado daquela ordem definitiva de execução de trabalhos na edificação em causa.

Presente informação de 15-06-2011, emitida via correio interno, informando que decorrido aquele prazo fixado de 30 dias úteis, o proprietário não deu cumprimento à mesma e não realizou aqueles trabalhos.

Presente informação da DJC- Divisão Jurídica e de Comunicação datada de 16-02-2015, na qual foi efectuado o resumo da marcha do processo até à actualidade e se propõe, em face do lapso de tempo já decorrido e da realização recente de alguns trabalhos na edificação, se promova a realização de nova vistoria ao prédio, tendo em vista a resolução definitiva das patologias e perigosidades existentes na edificação.

A Câmara Municipal apreciou e delibera, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 89.º, n.º 2 e 90.º, n.º 1, ambos do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, determinar a realização, com carácter de urgência, de uma nova vistoria à edificação sita no Largo Ilídio de Carvalho, n.º 18, desta cidade, tendo em vista determinar os riscos e as perigosidades para a segurança de pessoas e bens, identificar as adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devem ser definitivamente implementadas.

A vistoria será realizada pelos técnicos desta Câmara Municipal, Arqtº. Ricardo Santos, Engº. Cristina Silva e Engº. Vasco Fernandes, sendo os dois primeiros substituídos, em caso de necessidade, pelo Arqtº. Alexandre Fava e Engº. Jorge Junqueira, todos da DOT-Divisão de Ordenamento do Território.

Nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs. 2 e 3 do citado artigo 90.º, deve notificar-se a presente deliberação ao proprietário do prédio objecto da vistoria, com a antecedência mínima de 7 dias relativamente à data da realização da mesma.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA “ELABORAÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO PARA O LARGO DA REPÚBLICA, EM VIEIRA DE LEIRIA”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015

150 - Presente a requisição interna n.º 15601 e informação I.A. 02/2015, ambas da DOT, nas quais se manifesta a necessidade de contratar a *“Elaboração de projeto elétrico para o Largo da República, em Vieira de Leiria”*.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 14 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro é preceituado que: *“(...)Com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, estão excecionados do parecer prévio previsto no n.º 5, a celebração e ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de € 5 000(...).”*

Considerando que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e conforme o disposto no art.º 10.º da mesma, trata-se de um contrato de tarefa quando estamos perante a execução de trabalhos específicos de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido.

Considerando que se entende, na presente data, que os serviços a contratar propostos pela DOT consubstanciam um contrato de tarefa, sendo que se aguarda orientação clarificadora requerida à CCDRC através do ofício com o registo n.º S/500/2015, de 11/02/2015.

Considerando que o serviço requisitante apresentou uma estimativa de valor para a prestação dos serviços em epígrafe de 950 euros, acrescidos de IVA à taxa legal de 23% e que atento o preceituado supra o contrato a celebrar não está excecionado da obtenção do parecer prévio previsto no n.º 5, do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, nos termos do n.º 14 do mesmo artigo, por se tratar de um contrato de tarefa.

Assim sendo e considerando que,

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei nº 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 6 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 75º, n.º 1 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015 e nos artigos 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014.

Os serviços objeto do contrato a celebrar carecem de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

A Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 02/03/2015, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objeto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

O contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Concurso Público previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos, não sendo conhecida a contraparte com quem o mesmo será celebrado.

Considerando que o procedimento de formação do contrato a adotar será o Concurso Público, os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às obrigações fiscais e para com a segurança social serão apresentados pelo adjudicatário no decurso do mesmo.

Se encontra inscrito em Plano Plurianual de Investimentos de 2015 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2015 para a contratação da *“Elaboração de projeto elétrico para o Largo da República, em Vieira de Leiria”*, na classificação orgânica/económica 07/07030301, ação do PAM 2014/I/109, tendo sido emitido o respetivo cabimento, pela Área de Contabilidade, atento o preço base a aplicar de 950 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este não está sujeito a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, por não existir contrato com idêntico objecto em vigor no ano de 2014, não havendo, por este facto, termo de comparação e também por não ser conhecida a contraparte com a qual irá ser celebrado o contrato, conforme se atesta em documentação anexa, considerando que estamos perante um procedimento por Concurso Público.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a *“Elaboração de projeto elétrico para o Largo da República, em Vieira de Leiria”*, por os pagamentos inerentes a serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 05/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 05

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Elaboração de projeto elétrico para o Largo da República, em Vieira de Leiria”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

26 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA “ELABORAÇÃO DE PROJECTOS DE ESPECIALIDADES PARA A REABILITAÇÃO DA CANTINA DA ORDEM”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015

151 - Presente a requisição interna n.º 15605 e informação n.º MO/01/15002 da DOT, nas quais se manifesta a necessidade de contratar a *“Elaboração de projectos de especialidades para a reabilitação da Cantina da Ordem”*.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 14 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro é preceituado que: *“(…)Com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, estão excecionados do parecer prévio previsto no n.º 5, a celebração e ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de € 5 000(…)”*.

Considerando que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e conforme o disposto no art.º 10.º da mesma, trata-se de um contrato de tarefa quando estamos perante a execução de trabalhos específicos de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido.

Considerando que se entende, na presente data, que os serviços a contratar propostos pela DOT consubstanciam um contrato de tarefa, sendo que se aguarda orientação clarificadora requerida à CCDRC através do ofício com o registo n.º S/500/2015, de 11/02/2015.

Considerando que o serviço requisitante apresentou uma estimativa de valor para a prestação dos serviços em epígrafe de 4.330 euros, acrescidos de IVA à taxa legal de 23% e que atento o preceituado supra o contrato a celebrar não está excecionado da obtenção do parecer prévio previsto no n.º 5, do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, nos termos do n.º 14 do mesmo artigo, por se tratar de um contrato de tarefa.

Assim sendo e considerando que,

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei nº 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 6 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego publico e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 75.º, n.º 1 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015 e nos artigos 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014.

Os serviços objeto do contrato a celebrar carecem de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

A Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 02/03/2015, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objeto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

O contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Concurso Público previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos, não sendo conhecida a contraparte com quem o mesmo será celebrado.

Considerando que o procedimento de formação do contrato a adotar será o Concurso Público, os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às obrigações fiscais e para com a segurança social serão apresentados pelo adjudicatário no decurso do mesmo.

Se encontra inscrito em Plano Plurianual de Investimentos de 2015 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2015 para a contratação da *“Elaboração de projectos de*

especialidades para a reabilitação da Cantina da Ordem”, na classificação orgânica/económica 07/07010305, ação do PPI 2015/1/46, tendo sido emitido o respetivo cabimento, pela Área de Contabilidade, atento o preço base a aplicar de 4.330 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este não está sujeito a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, por não existir contrato com idêntico objecto em vigor no ano de 2014, não havendo, por este facto, termo de comparação e também por não ser conhecida a contraparte com a qual irá ser celebrado o contrato, conforme se atesta em documentação anexa, considerando que estamos perante um procedimento por Concurso Público.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a *“Elaboração de projectos de especialidades para a reabilitação da Cantina da Ordem”*, por os pagamentos inerentes a serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Elaboração de projectos de especialidades para a reabilitação da Cantina da Ordem”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE “ELABORAÇÃO DE PROJETO DE EXECUÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS PARA AMPLIAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DA MARINHA GRANDE (ZIMG) E PROJETO DA REDE VIÁRIA DA SAÍDA NORTE DA ZIMG”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

152 - A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi publicada no Diário da República a Portaria 20/2015 de 4 de fevereiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 6 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 75.º, n.º 1 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015 e nos artigos 2.º e 7.º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014.

Presente a requisição interna n.º 15609 e informação CMJ-01.2015, ambas da Divisão de Ordenamento do Território, onde se manifesta a necessidade da contratação da aquisição de serviços de *“Elaboração de projeto de execução das infraestruturas para ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e projeto da rede viária da saída norte da ZIMG”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 02/03/2015, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Concurso Público previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos, não sendo conhecida a contraparte com quem o mesmo será celebrado.

Considerando que o procedimento de formação do contrato a adotar será o Concurso Público, os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 05/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 05

obrigações fiscais e para com a segurança social serão apresentados pelo adjudicatário no decurso do mesmo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano Plurianual de Investimentos de 2015 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2015, para a contratação da aquisição de serviços de *“Elaboração de projeto de execução das infraestruturas para ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e projeto da rede viária da saída norte da ZIMG”*, na classificação orgânica/económica 07/ 07030301, ação do PPI 2015/1/145, tendo sido emitido o respetivo cabimento, pela Área de Contabilidade, atento o preço base a aplicar de 40.500 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este não está sujeito a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, por não existir contrato com idêntico objecto em vigor no ano de 2014, não havendo, por este facto, termo de comparação e também por não ser conhecida a contraparte com a qual irá ser celebrado o contrato, conforme se atesta em documentação anexa, considerando que estamos perante um procedimento por Concurso Público.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para aquisição de serviços de *“Elaboração de projeto de execução das infraestruturas para ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e projeto da rede viária da saída norte da ZIMG”*, por os pagamentos inerentes ao serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais, conforme documentação em anexo.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da aquisição de serviços de *“Elaboração de projeto de execução das infraestruturas para ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e projeto da rede viária da saída norte da ZIMG”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Os utentes da ZI (trabalhadores e visitantes), cada vez que têm de sair da ZI e deslocarem-se para a Marinha continuam a ter de virar à direita, ir à rotunda sul e voltar na direcção do centro da Marinha, percorrendo 1.300 metros a mais do que fariam se virassem de imediato à esquerda. Em média, cada trabalhador faz mais 550 Km por ano, ou seja, só em combustível são mais de € 60,00. Trabalham mais de 1.500 pessoas na ZI, e

tendo em conta os camiões e autocarros da TUMG, o gasto anual é superior a € 100.000,00.

Este executivo é o único responsável por estes custos e podia resolver este assunto e ajudar os munícipes fazendo uma saída da ZI pela ligação à rotunda norte. Se não for possível esta saída como repetidamente este executivo permanente tem afirmado, devia ser considerada a construção da rotunda na saída principal da ZI que tenho defendido desde a campanha eleitoral e já foi alvo duma proposta para o orçamento participativo, e foi rejeitada.”

O Sr. Vereador Paulo Vicente proferiu a seguinte declaração de voto:

“Votei favoravelmente esta proposta que é única e simplesmente o pedido de autorização prévia do projeto de execução das infraestruturas para ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (ZIMG) e projeto da rede viária da saída norte da ZIMG, há muitos anos ambicionada pela população da Marinha Grande e pelos diversos executivos municipais.

Os projetos ora autorizados irão definir a estrutura viária definitiva de entrada e saída na Zona Industrial.

Como responsável no anterior mandato pela obra de requalificação da Estrada do Guilherme, quero declarar o meu descanso de consciência por ter contribuído para a minimização dos acidentes graves e mortais na saída então existente na Zona Industrial, e como me referiu na época o saudoso industrial Jorge Martins, mais vale perder um minuto na vida que a vida num minuto.”

O Sr. Presidente da Câmara subscreveu a declaração de voto do Sr. Vereador Paulo Vicente.

O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Votei favoravelmente porque estamos em presença de um projeto que visa dois aspetos:

- a ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande*
- e um projeto da rede viária de saída da zona norte.*

Repudio as considerações que visam misturar os problemas de forma a que nunca se possam decidir as questões em causa. Por este andar nunca decidiremos nada favoravelmente.

A questão da entrada e saída da Zona Industrial da Marinha Grande é outro problema.

No entanto, este projeto de saída da zona norte da Zona Industrial, que neste momento se configura como uma saída de emergência/serviço, poderá eventualmente, em termos futuros, ter outra utilização que terá de ser alvo dos necessários estudos técnicos e do devido enquadramento legal.”

28 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE “ELABORAÇÃO DE PROJECTO DE EXECUÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO DOMÉSTICO DA AMIEIRA E CHARNECA DA AMIEIRA”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

153 - A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi publicada no Diário da República a Portaria 20/2015 de 4 de fevereiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 6 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego publico e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 75.º, n.º 1 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015 e nos artigos 2.º e 7.º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014.

Presente a requisição interna n.º 15607 e informação CMJ-02.2015, ambas da Divisão de Ordenamento do Território, onde se manifesta a necessidade da contratação da aquisição de serviços de *“Elaboração de projecto de execução da rede de saneamento doméstico da Amieira e Charneca da Amieira”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 02/03/2015, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 05/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 05

de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Concurso Público previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos, não sendo conhecida a contraparte com quem o mesmo será celebrado.

Considerando que o procedimento de formação do contrato a adotar será o Concurso Público, os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às obrigações fiscais e para com a segurança social serão apresentados pelo adjudicatário no decurso do mesmo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano Plurianual de Investimentos de 2015 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2015, para a contratação da aquisição de serviços de *“Elaboração de projecto de execução da rede de saneamento doméstico da Amieira e Charneca da Amieira”*, na classificação orgânica/económica 07/ 07030302, ação do PPI 2014/1/65, tendo sido emitido o respetivo cabimento, pela Área de Contabilidade, atento o preço base a aplicar de 25.000 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este não está sujeito a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, por não existir contrato com idêntico objecto em vigor no ano de 2014, não havendo, por este facto, termo de comparação e também por não ser conhecida a contraparte com a qual irá ser celebrado o contrato, conforme se atesta em documentação anexa, considerando que estamos perante um procedimento por Concurso Público.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para aquisição de serviços de *“Elaboração de projecto de execução da rede de saneamento doméstico da Amieira e Charneca da Amieira”*, por os pagamentos inerentes ao serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais, conforme documentação em anexo.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da aquisição de serviços de *“Elaboração de projecto de execução da rede de saneamento doméstico da Amieira e Charneca da Amieira”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Registo favoravelmente a proposta de elaboração de projecto de execução da rede de saneamento doméstico da Amieira e da Charneca da Amieira, dado que é um dos pontos do

programa do MpM, e que propusemos para o orçamento de 2014 e 2015, só peca por tardia. Mas seria fundamental que para além do projecto fosse definido o prazo da execução da obra. Tendo em conta que o projecto é para executar em 90 dias, esta obra podia ser iniciada ainda este ano."

29 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE "ELABORAÇÃO DE PROJECTO DE EXECUÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO DOMÉSTICO DE PICASSINOS, PEDRULHEIRA E TOJEIRA", NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

154 - A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi publicada no Diário da República a Portaria 20/2015 de 4 de fevereiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do

mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 6 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 75º, n.º 1 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015 e nos artigos 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014.

Presente a requisição interna n.º 15608 e informação CMJ-03.2015, ambas da Divisão de Ordenamento do Território, onde se manifesta a necessidade da contratação da aquisição de serviços de *“Elaboração de projecto de execução da rede de saneamento doméstico de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de

horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 02/03/2015, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Concurso Público previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos, não sendo conhecida a contraparte com quem o mesmo será celebrado.

Considerando que o procedimento de formação do contrato a adotar será o Concurso Público, os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às obrigações fiscais e para com a segurança social serão apresentados pelo adjudicatário no decurso do mesmo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano Plurianual de Investimentos de 2015 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2015, para a contratação da aquisição de serviços de *“Elaboração de projecto de execução da rede de saneamento doméstico de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira”*, na classificação orgânica/económica 07/ 07030302, ação do PPI 2014/I/66, tendo sido emitido o respetivo cabimento, pela Área de Contabilidade, atento o preço base a aplicar de 25.000 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este não está sujeito a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, por não existir contrato com idêntico objecto em vigor no ano de 2014, não havendo, por este facto, termo de comparação e também por não ser conhecida a contraparte com a qual irá ser celebrado o contrato, conforme se atesta em documentação anexa, considerando que estamos perante um procedimento por Concurso Público.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para aquisição de serviços de *“Elaboração de projecto de execução da rede de saneamento doméstico de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira”*, por os pagamentos inerentes ao serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais, conforme documentação em anexo.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da aquisição de serviços de *“Elaboração de projecto de execução da rede de saneamento doméstico de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Registo favoravelmente a proposta de elaboração de projecto de execução da rede de saneamento doméstico de Picassinos, Pedrulheira e Tojeira, dado que é um dos pontos do programa do MpM, e que propusemos para o orçamento de 2014 e 2015, só peca por tardia. Mas seria fundamental que para além do projecto fosse definido o prazo da execução da obra. Tendo em conta que o projecto é para executar em 90 dias, esta obra podia ser iniciada ainda este ano.”

30 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE “TRÊS ESPETÁCULOS DE MÚSICA A REALIZAR NA CASA DA CULTURA”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015

155 - A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 6 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 75º, n.º 1 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015 e nos artigos 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014.

Presente a requisição interna n.º 16026/2015 e informação 1/21/2015, ambas da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, onde se manifesta a necessidade de contratação de *“Três Espetáculos de música a realizar na Casa da Cultura”*, cujo contrato a celebrar carece de

parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 02/03/2015, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que o serviço requisitante propõe o convite à empresa AFIRMAÇÃO - MANAGEMENT E PRODUÇÃO DE ESPECTACULOS UNIPessoal LDA, NIPC 510 494 218, e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2015 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2015 para a contratação de *“Três Espetáculos de música a realizar na Casa da Cultura”*, na classificação orgânica/económica 06/020220 ação do PAM 2014/A/113, tendo sido emitido o respetivo cabimento pelos serviços de contabilidade.

Considerando que o preço base a aplicar é de 7.000 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este não está sujeito a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, por não existir contrato com idêntico objecto em vigor no ano de 2014, não havendo, por este facto, termo de comparação e também por em 2015 não ter sido celebrado qualquer contrato com a contraparte a convidar, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para *“Três Espetáculos de música a realizar na Casa da Cultura”*, por os pagamentos inerentes a serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
05/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 05

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Três Espetáculos de música a realizar na Casa da Cultura”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

31 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DA AGENDA CULTURAL, FLYERS EM DIVERSOS FORMATOS E CATÁLOGOS PARA PUBLICITAÇÃO DAS ACTIVIDADES MUNICIPAIS NOS ANOS 2015 E 2016”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

156 - A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi publicada no Diário da República a Portaria 20/2015 de 4 de fevereiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 6 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 75º, n.º 1 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015 e nos artigos 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014.

Presente a requisição interna n.º 16608 da Divisão Jurídica e de Comunicação e o despacho n.º 47/2015 do Sr. Presidente da Câmara Municipal, onde se manifesta a necessidade de contratação da *“Prestação de serviços de impressão da agenda cultural, flyers em diversos*

formatos e catálogos para publicitação das actividades municipais nos anos 2015 e 2016”, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 24/02/2015, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Concurso Público previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos, não sendo conhecida a contraparte.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Actividades Municipais de 2015 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2015 e 2016 para a contratação da *“Prestação de serviços de impressão da agenda cultural, flyers em diversos formatos e catálogos para publicitação das actividades municipais nos anos 2015 e 2016”*, tendo sido emitido o respetivo cabimento, pela área de contabilidade.

Considerando que o preço base a aplicar é de 10.036 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, atento o contrato vigente em 2014, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 24/11/2014, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 05/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 05

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro e o preceituado nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de impressão da agenda cultural, flyers em diversos formatos e catálogos para publicitação das actividades municipais nos anos 2015 e 2016”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REDE ELÉTRICA E TELEGESTÃO DO FURO AC3 DA PEDRULHEIRA”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.- REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 19-02-2015

157 - Em reunião de Câmara Municipal de 19/02/2015, foi deliberada a emissão de parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de elaboração de projeto de rede elétrica e telegestão do furo AC3 da Pedrulheira”*.

Considerando que a Divisão de Ordenamento do Território através da sua informação n.º IM/06/2015 de 27/02/2015 esclarece que o furo objeto do procedimento supra referido se encontra desativado e que o procedimento a desencadear respeita ao Furo SL6 da Pedrulheira.

Face ao exposto a Câmara Municipal delibera, nos termos do preceituado no art.º 138.º e 140.º do Código do Procedimento Administrativo proceder à revogação da deliberação camarária tomada na sua reunião de 19-02-2015 relativa ao assunto em epígrafe.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

33 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE “ELABORAÇÃO DE PROJETO DE REDE ELÉTRICA E TELEGESTÃO DO FURO SL6 DA PEDRULHEIRA”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

158 - Presente a requisição interna n.º 15610 e as informações da DOT n.ºs MF-02-2015 datada de 19 de janeiro e IM/06/2015 datada de 27 de fevereiro, ambas de 2015, nas quais se manifesta a necessidade de contratar a prestação de serviços de *“Elaboração de projeto de rede elétrica e telegestão do furo SL6 da Pedrulheira”*.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 14 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro é preceituado que: *“(...)Com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, estão excecionados do parecer prévio previsto no n.º 5, a celebração e ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de € 5 000(...).”*

Considerando que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e conforme o disposto no art.º 10.º da mesma, trata-se de um contrato de tarefa quando estamos perante a execução de trabalhos específicos de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido.

Considerando que se entende, na presente data, que os serviços a contratar propostos pela DOT consubstanciam um contrato de tarefa, sendo que se aguarda orientação clarificadora já requerida à CCDRC sobre esta matéria, conforme nosso ofício n.º S/500/2015, de 11/02/2015, do qual se anexa cópia;

Considerando que o contrato a celebrar tem o valor estimado de 650,00€, acrescidos de IVA à taxa de 23% e que atento o preceituado supra o contrato a celebrar não está excecionado da obtenção do parecer prévio previsto no n.º 5, do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, nos termos do n.º 14 do mesmo artigo, por se entender que poderá consubstanciar um contrato de tarefa.

Assim sendo e considerando que,

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 6 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 75º, n.º 1 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015 e nos artigos 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014.

Os serviços objeto do contrato a celebrar carecem de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
05/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 05

exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que esse pedido de verificação com o n.º 16035 foi submetido a 02/03/2015, e que o INA ainda não pugnou por informar da inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar.

O contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto regime simplificado previsto nos artigos 128.º e 129.º ambos do Código dos Contratos Públicos.

O serviço requisitante propõe o convite à empresa By Layer Estudos de Engenharia, Lda, NIPC 508 852 242, e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Se encontra inscrito em Plano Plurianual de Investimento e Orçamento da Despesa de 2015 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2015 para a contratação da prestação de serviços de *“Elaboração de projeto de rede elétrica e telegestão do furo SL6 da Pedrulheira”*, tendo sido emitido o cabimento n.º 514/2015, pela Área de Contabilidade, valor a ajustar quer com base na eventual aplicação de redução remuneratória nos termos da LOE 2015, quer atenta a proposta da entidade a convidar.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a prestação de serviços de *“Elaboração de projeto de rede elétrica e telegestão do furo SL6 da Pedrulheira”* por os pagamentos inerentes ao serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da prestação de serviços de *“Elaboração de projeto de rede elétrica e telegestão do furo SL6 da Pedrulheira”*.

A presente deliberação produz efeitos no dia da receção da resposta do INA ao pedido de verificação n.º 16035 remetido pela autarquia e desde que esta entidade informe da inexistência de trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objeto do parecer prévio emitido por esta deliberação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

34 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

159 - Considerando a relação de serviços a contratar, atentas as requisições internas emitidas pelas várias unidades orgânicas, nas quais se justifica a necessidade da sua contratação.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 14 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro é preceituado que: *“(...)Com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, estão excecionados do parecer prévio previsto no n.º 5, a celebração e ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de € 5 000(...).”*

Considerando que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e conforme o disposto no art.º 10.º da mesma, trata-se de um contrato de tarefa quando estamos perante a execução de trabalhos específicos de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido.

Considerando que existe a dúvida, na presente data, se os serviços a contratar constantes da lista em anexo consubstanciam um contrato de tarefa e/ou avença, sendo que, se aguarda orientação clarificadora já requerida à CCDRC sobre esta matéria, conforme nosso ofício n.º S/500/2015, de 11/02/2015, do qual se anexa cópia;

Considerando que os contratos que se pretendem celebrar têm valor estimado inferior a 5.000,00€ (sem IVA) e que atento o preceituado supra, não é claro que estes estejam excecionados da obtenção do parecer prévio previsto no n.º 5, do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, nos termos do n.º 14 do mesmo artigo.

Assim sendo e considerando que,

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

Na presente data continua por publicar a portaria referida no parágrafo anterior, sendo que a necessidade da sua publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010, Lei n.º 3-B/2010 de 28 de abril, atenta alteração consagrada no mesmo ao art.º 6º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Assim, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 5 e 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP, que o parecer prévio vinculativo e a redução remuneratória se aplicam às autarquias locais.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos requisitos preceituados nas alíneas a) e c) do n.º 6 do referido artigo, bem como da alínea b) do mesmo número e artigo, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Verificação da inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;

- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 75.º, n.º 1 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015 e nos artigos 2º e 7º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2015, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2014.

Os serviços objeto dos contratos a celebrar parecem carecer de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que esses pedidos de verificação já foram submetidos, conforme números de pedidos de verificação e datas indicados na lista anexa.

Os contratos a celebrar parecem carecer de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto regime simplificado, previsto nos artigos 128.º e 129.º ambos do Código dos Contratos Públicos.

Em sede de pedidos de orçamento, será devidamente validada a situação de cada entidade consultada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, não sendo emitida qualquer adjudicação sem documento que ateste que estas se encontram regularizadas.

Se encontra inscrito em Orçamento da Despesa de 2015 a dotação para a assunção das despesas no ano de 2015 para a contratação dos serviços constantes da listagem em anexo, tendo sido emitidos os cabimentos prévios da despesa.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica aos contratos que se pretende celebrar, por os pagamentos inerentes a cada serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos serviços referidos na listagem em anexo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - REQUALIFICAÇÃO DAS RUAS 10 DE JUNHO E CHARNEQUINHA – CEDÊNCIA 48,60M2 DE TERRENO DO SR. FERNANDO CUSTÓDIO VITORINO

160 - Para a requalificação das ruas 10 de Junho e Charnequinha, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborada ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio rústico propriedade de Fernando Custódio Vitorino, NIF 147867738, que confronta a Norte com caminho público (rua da Charnequinha), a Sul com herdeiros de Alexandre Coelho, a Nascente com vala mestra e a Poente com regueira (rua 10 de Junho), com artigo matricial n.º 679. O proprietário do imóvel, concordou com a cedência do terreno (48,60m2) solicitando que a área cedida para domínio público tenha como contrapartida a reconstrução do muro e remoção de silveira a nascente, junto à vala mestra.

A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 48,60m2, do prédio de que é proprietário Fernando Custódio Vitorino, com artigo matricial n.º. 679, que confronta a Norte com caminho público (rua da Charnequinha), a Sul com Fernando Custódio Vitorino, a Nascente com Fernando Custódio Vitorino e a Poente com regueira (rua 10 de Junho), para requalificação das ruas 10 de Junho e Charnequinha, que passa a integrar o domínio público, obrigando-se à reconstrução do muro e remoção de silveira a nascente, junto à vala mestra, conforme consta da ficha anexa (Anexo 1) elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Vereador Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo o proprietário, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

36 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO PARA ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE ABRIL DE 2015.

Assunto retirado da ordem do dia.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
05/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 05

37 - TRANSMISSÃO DO DIREITO AO ARRENDAMENTO A FAVOR DE ERMELINDA OLIVEIRA FREITAS CARVALHO, RESIDENTE NA PRACETA DA LIBERDADE, BLOCO 5, 1ª ESQ., CASAL DE MALTA, POR MORTE DO CÔNJUGE - PRIMITIVO ARRENDATÁRIO DA FRAÇÃO

161 - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 1466/2015, datado de 10 de fevereiro de 2015, do cônjuge sobrevivente, a solicitar a transmissão do direito ao arrendamento;

Presente informação n.º 260 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 26 de fevereiro de 2015, referente ao pedido de transmissão do direito ao arrendamento, efetuado por Ermelinda Oliveira Freitas Carvalho, por morte do seu cônjuge;

Considerando que, José Henriques Silva Carvalho era arrendatário do Município da Marinha Grande;

Considerando que, o falecido arrendatário era casado com Ermelinda Oliveira Freitas Carvalho;

Considerando que, o mesmo faleceu no dia 17 de janeiro de 2015, conforme documento comprovativo apresentado;

Considerando que nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 1106 do Código Civil: “ **O arrendamento para habitação não caduca por morte do arrendatário quando lhe sobreviva cônjuge com residência no locado** ou pessoa que com o arrendatário vivesse no locado em união de facto e há mais de um ano”;

Considerando por último, a alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, em vigor, na qual se refere que: “ **A posição do arrendatário é transmitida nos casos de morte para cônjuge com residência no locado...**”;

A Câmara analisou a referida informação e, delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, em vigor, concordar com a transmissão do direito ao arrendamento para o nome do cônjuge sobrevivente – Ermelinda Oliveira Freitas Carvalho.

Mais delibera, que os recibos de renda mensal passem a ser emitidos em nome de Ermelinda Oliveira Freitas Carvalho, com o número de identificação fiscal 182931633.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

38 - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇO DE VENDA DO GUIA TURÍSTICO DO CONCELHO EM INGLÊS E PORTUGUÊS

162 - Presente informação, com referência I/42/2015 da área do Turismo, com uma proposta de fixação de preço para o Guia Turístico do Concelho, para venda nos Museus Municipais.

A aplicação de percentuais da margem de ganho apresentada na informação, calculada sobre o valor do custo da produção, baseia-se no valor de venda final praticado em outros locais, nomeadamente no Turismo do Centro, para publicações de natureza semelhante.

Atendendo a que:

- É da competência da Câmara Municipal *“fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados (...)”*, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;
- Compete ainda à Câmara Municipal *“Promover a publicação de documentos e registos, anais ou de qualquer outra natureza, que salvaguardem e perpetuem a história do município, de acordo com a alínea zz) do n.º 1 do artigo e Lei atrás citados;*

Propõe-se a fixação do preço de venda do Guia Turístico do Concelho em Inglês e Português por 4,00€ (quatro euros), com IVA incluído à taxa legal em vigor.

A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e delibera ao abrigo das alíneas e) e zz) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através da interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da competência para fixar os preços da prestação de serviços ao público, aprovar o preço de venda do Guia Turístico em 4,00 euros, com IVA incluído à taxa legal em vigor.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

39 - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BILHETES PARA ESPETÁCULOS DE ABRIL NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS

163 - Assumindo o protagonismo que detém na memória e identidade marinhenses, pretende-se que a Casa da Cultura - Teatro Stephens venha a determinar os espíritos criativos locais, a promover e a incentivar a partilha de saberes e experiências, e a potenciar os horizontes de todos os que se revêem numa programação regular, eclética e enriquecedora. Acima de tudo trabalhar para que este equipamento seja um pólo de desenvolvimento cultural e um garante na formação de públicos, fundamentais na sua sustentabilidade futura.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 05/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 05

Nesse sentido propomos que a programação apresentada sendo balizada por princípios de rigor orçamental, permita dar a conhecer ao público marinhense projetos que se destaquem na cena cultural local, regional e/ou nacional. Pretende-se continuar a dar oportunidade de apresentação nesta sala, a projetos locais nas diversas áreas artísticas, pois entendemos que só esse equilíbrio entre uns e outros permitirá criar o elo de ligação dos marinhenses à sua sala. Procuraremos igualmente trazer outros projetos já consagrados que por isso mesmo merecem ter o devido destaque nesta Casa que se pretende abarque um vasto leque de opções artísticas.

Nesse sentido, por forma a possibilitar a sua venda, e atendendo a que:

A Inf. 20/2015 de 23 de fevereiro que apresenta proposta de programação para abril de 2015 e de fixação de preço de bilhetes de ingresso, teve o correspondente despacho do Sr. Vereador da Cultura, Dr. Vítor Pereira datado de 24 de fevereiro;

O Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens designadamente o seu artigo 6.º, refere que este é um equipamento cultural sob gestão da Câmara Municipal, e o n.º 9 artigo 26.º que refere que: *“...o preço dos bilhetes, a fixar por deliberação da Câmara Municipal, está limitado a um preço mínimo de 1 euros e a um preço máximo de 30€.”*;

De acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal *“fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados (...)”*;

Segundo a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma lei, compete ainda à Câmara Municipal *“criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”*;

Propõe-se a fixação dos preços para os bilhetes de ingresso nos eventos de abril na CCTS, de acordo com a seguinte tabela:

ABRIL	EVENTO/ÁREA ARTÍSTICA	ARTISTA/COMPANHIA	CUSTOS	PREÇO DO BILHETE PROPOSTO C/ IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR
18	Música	EMMY CURL	2000€+IVA	8€
19	Teatro infantil	TEATRESCO	300€	5€
25	Música	SIMONE DE OLIVEIRA e NUNO FEIST	3500€+IVA	12,50€

A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e delibera ao abrigo das alíneas e) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através da interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da competência para a gestão de equipamentos e serviços municipais, aprovar a tabela de

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
05/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 05

preços acima indicada e fixar os montantes dos bilhetes para entrada nos espetáculos de abril que vão decorrer na Casa da Cultura Teatro Stephens.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

40 - CEDÊNCIA DA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MARINHA GRANDE A 11 DE ABRIL - REALIZAÇÃO DA 1.ª GALA DOS BOMBEIROS DA MARINHA GRANDE

164 - Presente pedido da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande com o n.º de registo E/347 de 12 de janeiro, em que é solicitado à Câmara Municipal a cedência da Casa da Cultura Teatro Stephens de 8 a 12 de abril, para realização da I GALA DOS BOMBEIROS DA MARINHA GRANDE (cfr. anexo).

Presente igualmente a Informação Técnica com o n.º 228/2015 na qual é feito o enquadramento do pedido face à legislação aplicável (cfr. anexo) e à programação prevista.

Considerando que de acordo com n.ºs 2 e 3 do artigo 7.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens a programação de atividades desta sala de espetáculos pode incluir eventos propostos e organizados por entidades exteriores desde que aprovados pela autarquia.

Considerando que a referida aprovação depende da verificação dos pressupostos referidos no n.º 4 do artigo 7.º ou seja “A realização dos eventos propostos por entidades exteriores está dependente das características e objetivos das ações propostas, do seu interesse cultural, cívico ou outro, da capacidade de resposta dos meios técnicos instalados e da adaptabilidade do espaço”.

No caso em apreço verifica-se o interesse cultural e cívico na medida em que através da atividade proposta, são prosseguidos fins cívicos e de cidadania: por um lado a GALA tem como objetivo reconhecer a atividade prosseguida pelos bombeiros voluntários da corporação, por outro com o valor de bilheteira visa a recolha de fundos que serão canalizados para a aquisição de equipamentos de suporte vital a instalar nas viaturas de emergência da corporação dos BVMG.

Para concretizar o evento a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande pretende a cedência da sala a partir do dia 10 de abril no intuito de fazer montagem de cenários e ensaios com os artistas envolvidos em horário pós laboral (das 20h às 23h), dia 11 (a partir das 10h e até ao final do espetáculo) e dia 12, para proceder às desmontagens.

A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e considerando que:

Mandato de 2013/2017
Ata nº 05

- 1) A cedência da utilização da Casa da Cultura está prevista no Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens designadamente nos artigos 5.º, 7.º, 8.º, 12.º a 14.º;
- 2) Ao abrigo do artigo 14.º n.º 3 alínea b) do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande as associações de bombeiros estão isentas do pagamento de taxas desde que o pedido de isenção seja fundamentado e acompanhado de “fotocópia simples de documento comprovativo da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária” (situação que se verifica no caso em apreço);

Delibera ceder a utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens de 10 a 12 de abril à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, para realização da I GALA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MARINHA GRANDE no dia 11 de abril, nas seguintes condições:

- A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande fica responsável pelo eventual pagamento de direitos de autor devidos à respetiva Sociedade Portuguesa de Autores e pela licença de representação a emitir pelo IGAC – Inspeção Geral das Atividades Culturais;
- A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande deve garantir o cumprimento das obrigações de utilizador previstas no artigo 17.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens;
- A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande fica responsável pelo pagamento dos técnicos de som e luz caso se verifique a necessidade destes serviços.

Mais delibera isentar a referida Associação do pagamento de taxas municipais, de acordo com o artigo 14.º, n.º 3 alínea b) e n.º 6, do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

41 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia quatro de março de dois mil e quinze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **5.683.712,54 €** (cinco milhões, seiscentos e oitenta e três mil, setecentos e doze euros e cinquenta e quatro centimos).

A Câmara tomou conhecimento.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
05/03/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 05

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

165 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 12:45 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião